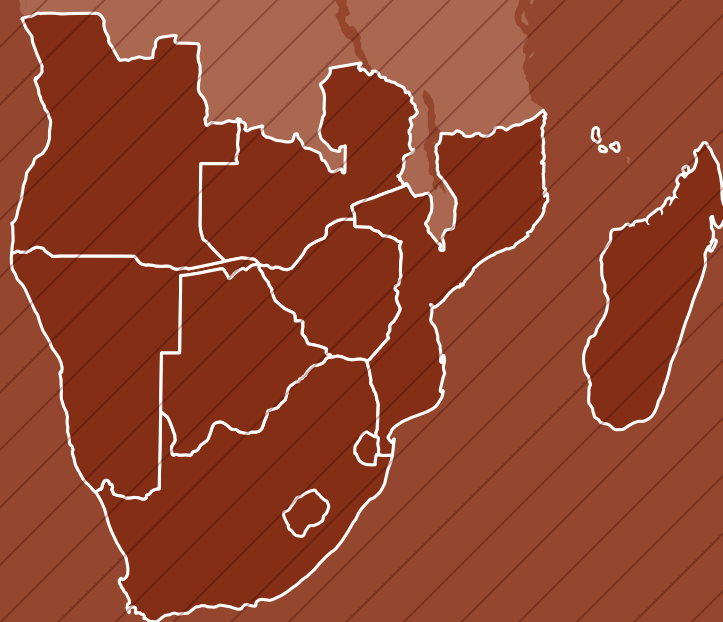


**CENTRO REGIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO
FMI PARA A ÁFRICA AUSTRAL**



AFRITAC
Sul

**RELATÓRIO
ANUAL
2024**



AFRITAC Sul é uma iniciativa do FMI apoiada pelos seguintes países membros e parceiros de desenvolvimento:



África do Sul



Angola



Botsuana



Comores



Essuatíni



Lesoto



Madagáscar



Maurícia



Moçambique



Namíbia



Seicheles



Zâmbia



Zimbabué

BMZ



Federal Ministry
for Economic Cooperation
and Development



EUROPEAN UNION



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Confederation

Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO



Foreign, Commonwealth
& Development Office

**CENTRO REGIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO
FMI PARA A ÁFRICA AUSTRAL**



**RELATÓRIO
ANUAL
2024**



SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFR	Departamento de África do FMI	FX	Moeda estrangeira
AFRITAC	Centros Regionais de Assistência Técnica do FMI em África	GFP	Gestão das finanças públicas
AFS	AFRITAC Sul	GIP	Gestão do investimento público
AT	Assistência técnica	GPPF	Parceria Mundial para as Finanças Públicas
ATI	Instituto de Formação para África	HQ	Sede
BdM	Banco de Moçambique	ICAAP	Processo interno de avaliação da adequação dos fundos próprios
CBC/FT	Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo	ICD	Instituto do FMI para o Desenvolvimento de Capacidades
CGR	Comissão de Gestão do Risco	IDCCC	Iniciativa para o Desenvolvimento das Capacidades no contexto da crise da COVID-19
CNA	Contas nacionais anuais	IMF	Infraestruturas do mercado financeiro
CP	Comité de Pilotagem	INE	Instituto Nacional de Estatística
C-PIMA	Avaliação da gestão do investimento público climático	IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
CDSR	Revisão da Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades do FMI	LEG	Departamento Jurídico do FMI
D4D	<i>Data for Decisions</i>	MCM	Divisão de Mercados Monetários e de Capitais do FMI
DC	Desenvolvimento de Capacidades	PED	Pequenos Estados em desenvolvimento
DID	Divisão de impostos diretos	PIB	Produto interno bruto
ECF	Facilidade de Crédito Alargado do FMI	PIMA	Avaliação da gestão do investimento público
FAD	Departamento de Finanças Públicas do FMI	RSF	Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade
EDMP	Estratégia de gestão da dívida de médio prazo	SBR	Supervisão baseada no risco
EDSP	Estatísticas da dívida do setor público	SIGFE	Sistema integrado de gestão financeira do Estado
RES	Departamento de Estudos do FMI	IFRS	Normas Internacionais de Relato Financeiro
EFAC	Estados frágeis e afetados por conflitos	SNP	Sistemas nacionais de pagamentos
EFP	Estatísticas das finanças públicas	STA	Departamento de Estatística do FMI
EFT	Estados frágeis em transição		
EP	Empresa pública		
ESR	Estatísticas do setor real		
FMI	Fundo Monetário Internacional		

ÍNDICE

ii

Siglas e acrónimos

1

SECTION I

Mensagem do Diretor do AFRITAC Sul

5

SECTION II

Revisão da Estratégia de
Desenvolvimento de Capacidades de
2024 do FMI

7

SECTION III

Perspetivas Económicas Regionais

11

SECTION IV

Execução do EF2024 e Prioridades
de Desenvolvimento de Capacidades
Para o EF2025

- 14 Eficácia em termos de
Desenvolvimento de
Capacidades
- 25 Prioridades em matéria
de Desenvolvimento de
Capacidades para o EF2025
- 26 Programa para o setor
orçamental para o EF2025
- 28 Programa de
desenvolvimento dos setores
monetário e financeiro para
o EF2025
- 28 Programa de estatísticas
para o EF2025
- 28 Cursos conduzidos pelo
ICD no EF2025
- 28 Trabalho sobre matérias
jurídicas conduzido pelo LEG
para o EF2025

31

SECTION V

Financiamento e Orçamento do
AFRITAC Sul

35

SECTION VI

Riscos e Mitigação

- 53 Equipa do AFS

ANNEXES

- 38 **Anexo I.**
Execução do plano de DC para o EF2024
- 46 **Anexo II.**
Seleção da prestação de DC para o EF2024 por veículos não AFS
- 47 **Anexo III.**
Plano de DC para o EF2025
- 52 **Anexo IV.**
Seleção de DC para o EF2025 por veículos não AFS

FIGURAS

- 14 **Figuras 1 e 2.**
Execução do Plano de Desenvolvimento de Capacidades do EF2024 por país e programa de financiamento
- 15 **Figuras 3 e 4.**
Estado dos resultados e marcos do Desenvolvimento de Capacidades no final de abril de 2024
- 22 **Figura 5.**
Classificações das avaliações dos seminários
- 26 **Figura 6.**
Missões AT EF2025 por programa de financiamento
- 26 **Figura 7.**
Workshops EF2025 por programa de financiamento

CAIXAS

- 9 **Caixa 1.**
Riscos para a Região do AFS
- 16 **Caixa 2.**
Melhoria das estatísticas das contas nacionais com rebaseamento regular (Angola)

- 16 **Caixa 3.**
Integração do Desenvolvimento de Capacidades do AFS com programas apoiados pelo FMI (Comores)
- 16 **Caixa 4.**
Gestão dos riscos orçamentais das empresas públicas (Lesoto)
- 17 **Caixa 5.**
Ajustamento da lei do sistema nacional de pagamentos (Moçambique)
- 17 **Caixa 6.**
Reforço da gestão da dívida (Moçambique)
- 18 **Caixa 7.**
Progressos nas reformas climáticas (Seicheles)
- 18 **Caixa 8.**
Reforço de capacidades sobre preços de transferência (África do Sul)
- 19 **Caixa 9.**
Reforço da gestão do risco orçamental (Zâmbia)
- 19 **Caixa 10.**
Desenvolvimento de Capacidades nos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro (Zâmbia)
- 20 **Caixa 11.**
Mobilização de receitas através de uma melhor gestão do risco (Zimbabué)
- 20 **Caixa 12.**
Iniciativa para o Desenvolvimento de Capacidades relativa à Regulamentação e Supervisão de Riscos Cibernéticos para os Países Membros do AFS
- 22 **Caixa 13.**
Classificações das avaliações dos seminários

- 23 **Caixa 14.**
Apoio de Desenvolvimento de Capacidades prestado por veículos não AFS (CBC/FT, LEG-GAC, D4D e Gestão da Dívida)
- 23 **Caixa 15.**
Desenvolvimento do Mercado Obrigacionista em Moeda Local
- 24 **Caixa 16.**
Formação destinada a vários países ou a um determinado país prestada pelo AFS sobre as ferramentas analíticas do FMI
- 27 **Caixa 17.**
Trabalho do AFS na área da digitalização – GFP e administração tributária
- 29 **Caixa 18.**
Projetos de gestão da dívida financiadas pela IDCCC na região do AFS

QUADROS

- 33 **Quadro 1.**
Financiamento do AFS (em milhões de USD, à data de 30 de abril de 2024)
- 34 **Quadro 2.**
Despesas do EF2024 e estimativas do orçamento para o EF2025 (em milhares de dólares dos Estados Unidos)

SECTION I

MENSAGEM DO
DIRETOR DO
AFRITAC SUL

MENSAGEM DO DIRETOR DO AFRITAC SUL



Sukhwinder Singh
AFRITAC South Director

Ao longo do exercício financeiro de 2024, o AFRITAC Sul (AFS) continuou a atuar com diligência para atender às necessidades mais prementes ao nível de Desenvolvimento de Capacidades (DC) dos países membros, garantindo a boa articulação entre as atividades de Desenvolvimento de Capacidades e de Supervisão e Concessão de crédito do FMI. O AFS continuou a diversificar os seus serviços de Desenvolvimento de Capacidades, alargando a assistência técnica (AT) e a formação em domínios prioritários - nomeadamente, clima, digitalização, gestão da dívida, mobilização de receitas, cibersegurança e moedas digitais - complementando assim o apoio prestado pela sede. Não obstante alguns atrasos devido a eleições, a preocupações em matéria de segurança e a alterações dos planos das missões por parte das autoridades, as atividades de Desenvolvimento de Capacidades permaneceram robustas no EF2024, tendo sido realizadas mais de 150 missões de Assistência técnica abrangendo os 13 países membros do AFS, juntamente com 27 eventos de formação regionais para vários países

e diversos *workshops* para países individuais realizados durante missões de Assistência técnica.¹

Os resultados das atividades de Desenvolvimento de Capacidades foram positivos. Os países membros registaram progressos consideráveis no que toca a vários marcos, resultados e indicadores de referência estruturais ao abrigo de programas apoiados pelo FMI. As realizações recentes incluem o aumento da mobilização de receitas por via da melhoria da capacidade de gestão do risco (Zâmbia e Zimbabué) e a implementação dos indicadores de referência estruturais do programa ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) relativos à legislação orçamental e aduaneira, assim como as melhorias na eficiência da administração fiscal (Comores). Além disso, verificou-se um aumento dos conhecimentos e da utilização das ferramentas analíticas do FMI para fins de formulação de políticas em todos os países membros. Outras melhorias prendem-se com os avanços na legislação orçamental e financeira

¹ Alguns conjuntamente com parceiros, a saber: *Agence Française de Développement*, Nações Unidas, União Europeia (UE), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Organização Mundial das Alfândegas, Embaixada Japonesa, Instituto de Formação para África, e outros Centros Regionais de Assistência Técnica do FMI em África (AFRITAC).



Reunião do Comitê de Pilotagem, 27 e 28 de junho de 2024. Maseru, Reino do Lesoto.

(África do Sul, Botsuana, Comores e Moçambique) e o estabelecimento de estratégias nacionais tendo em vista a promoção da resiliência cibernética (Botsuana, Namíbia e Zâmbia).² Estes êxitos refletem a eficácia dos esforços de Desenvolvimento de Capacidades e a forte adesão dos países membros aos respetivos serviços. O AFS continua a partilhar estas histórias de sucesso através de [boletins informativos](#), [relatórios](#) e outros materiais de comunicação, para manter as partes interessadas informadas sobre o impacto das atividades de Desenvolvimento de Capacidades.

Continua a ser essencial, mas difícil, preservar os progressos obtidos com os resultados das atividades de Desenvolvimento de Capacidades, tendo em conta a difícil conjuntura mundial caracterizada pela fragmentação geoeconómica, que ameaça deitar por terra os árduos ganhos obtidos com as reformas anteriores e as iniciativas de integração económica. Esta situação exige novos

esforços para ganhar margem de manobra em termos de formulação de políticas, incluindo por via do reforço das instituições económicas. Os países membros beneficiariam da melhoria das finanças públicas, salvaguardando, ao mesmo tempo, as despesas em domínios sociais prioritários, garantem a estabilidade dos preços e implementam reformas estruturais para diversificar a base económica. Os esforços de mobilização de receitas, a melhoria da gestão dos investimentos públicos, a redução da dívida pública e a reforma do setor empresarial do Estado são fundamentais para que muitos membros do AFS criem espaço orçamental. É necessário prosseguir o trabalho no domínio das estatísticas a fim de colmatar as lacunas de dados que sustentam a análise de políticas. Uma grande parte das atividades continua a centrar-se no reforço das operações de política monetária, da supervisão bancária, da supervisão do risco cibernético, dos sistemas de pagamentos e no aproveitamento do potencial das *fintech*, gerindo, ao

mesmo tempo, os riscos associados. É cada vez mais urgente promover a resiliência climática em todos os setores macroeconómicos. As iniciativas de integração regional representam uma oportunidade para colher os benefícios de uma maior integração comercial e financeira, o que poderá gerar outras fontes de crescimento.

Na [reunião de junho de 2024 do Comitê de Pilotagem \(CP\)](#) os membros aprovaram o plano de Desenvolvimento de Capacidades para o EF2025 que tem em conta o contexto macroeconómico acima referido e é norteado pela Estratégia Regional de Desenvolvimento de Capacidades do Departamento de África do FMI e pelos resultados do diálogo com as equipas dos países. O plano incorpora as recomendações da recente Revisão da Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades (CDSR) quinquenal, aprovada pelo Conselho de Administração do FMI em abril de 2024.³ Para o exercício financeiro corrente, estão previstas mais

² São apresentados mais exemplos na Secção IV.

³ O plano também reflete o diálogo dos beneficiários de serviços de Desenvolvimento de Capacidades com o Departamento de África do FMI (AFR), assim como com os peritos residentes do AFS sobre Assistência técnica de acompanhamento e necessidades de formação. O AFS continua a coordenar as prioridades em termos de Desenvolvimento de Capacidades da região com os parceiros de desenvolvimento através de atividades de sensibilização.

de 165 missões de Assistência técnica financiadas pelo AFS, 22 *workshops* regionais para grupos de países, várias sessões de formação para países individuais e destacamentos profissionais. Será dada uma atenção especial às necessidades específicas dos Estados frágeis e afetados por conflitos (EFAC), dos Estados frágeis em transição (EFT) e dos pequenos Estados em desenvolvimento (PED), assim como ao trabalho em curso do FMI sobre temas globais, nomeadamente o clima e a digitalização.

Continua a ser essencial suprir o défice de financiamento para o programa da Fase III (EF2024-EF2028). O AFS saúda a resposta célere dos países membros e parceiros para o desenvolvimento (Alemanha, Reino Unido, Suíça e UE) para a finalização dos acordos de financiamento, a duplicação das contribuições da Maurícia (o país anfitrião) e do Reino do Lesoto, assim como as contribuições suplementares dos beneficiários de serviços de Desenvolvimento de Capacidades (Serviço de Estatística da África do

Sul). No final de abril de 2024, o financiamento assegurado ascendia a 32,8 milhões de dólares dos Estados Unidos, o que representa 55% do orçamento do programa quinquenal. Contudo, poderão surgir problemas de liquidez já no EF2026, caso não haja financiamento adicional por parte dos parceiros existentes ou caso não se verifique uma diversificação do financiamento proveniente dos parceiros para o desenvolvimento. Tal comporta o risco de redução de projetos que são fundamentais para o reforço institucional e o restabelecimento da estabilidade macroeconómica no seguimento de vários anos marcados por diversos choques. Relativamente ao futuro, o Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD), em colaboração com o AFS, irá dialogar com os parceiros existentes para que estes aumentem as suas contribuições, irá abordar potenciais novos parceiros para o desenvolvimento e irá trabalhar com os países membros para finalizar os acordos pendentes. Tendo em

conta a difícil conjuntura em termos de financiamento externo, o AFS continuará a explorar possibilidades para financiar determinados projetos de Desenvolvimento de Capacidades, através de fundos temáticos liderados pela sede e financiamento direto do FMI, em domínios como o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT), a estatística, a gestão da dívida, a governação e o combate à corrupção.⁴

O presente relatório é composto por seis secções: a Secção II resume a Revisão da Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades de 2024 do FMI; a Secção III descreve o contexto macroeconómico atual e as prioridades de política; a Secção IV apresenta o ponto da situação sobre a execução do plano de trabalho para o EF2024 e as prioridades em matéria de Desenvolvimento de Capacidades no EF2025; a Secção V aborda o orçamento e o financiamento do AFS; e a Secção VI enuncia os principais riscos e estratégias de mitigação.

⁴ A sede do FMI está a financiar: um assessor residente através do Fundo Temático CBC/FT apoiado pelos países seguintes: Alemanha, Arábia Saudita, Canadá, Catar, Coreia do Sul, França, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido e Suíça; um assessor residente para a gestão da dívida partilhado (com o AFRITAC Oriental) e financiado pela Iniciativa para o Desenvolvimento das Capacidades no contexto da crise da COVID-19 (Canadá); um assessor residente para a governação e combate à corrupção financiado pelo IMF01; e um assessor para a administração fiscal com financiamento da Parceria Mundial para o Financiamento Público e IDCCC. O AFS continuará a trabalhar em articulação com o Departamento de Estatística (STA) do FMI para explorar as possibilidades de financiamento através de recursos da *Data for Decisions* (D4D), sobretudo nos domínios das contas nacionais, estatísticas dos preços, finanças públicas e estatísticas da dívida do setor público.

SECTION II

REVISÃO DA
ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO DE
CAPACIDADES DE 2024
DO FMI

REVISÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DE 2024 DO FMI

As revisões regulares da estratégia de Desenvolvimento de Capacidades (DC) do FMI continuam a ser essenciais para garantir a prestação de serviços de Desenvolvimento de Capacidades de elevada qualidade aos países membros. As CDSR de 2013 e 2018 conduziram a uma série de reformas destinadas a aumentar a eficiência e o impacto dos serviços de Desenvolvimento de Capacidades do FMI, reforçando, em simultâneo, a governação a nível interno. Com base nestas reformas, a [revisão de 2024](#) apela a que o Desenvolvimento de Capacidades seja mais flexível, esteja melhor integrado com as operações de concessão de crédito e aconselhamento de políticas do FMI, e seja ajustado às necessidades específicas dos países membros. A revisão beneficiou de uma avaliação independente às atividades de Desenvolvimento de Capacidades do FMI, bem como de bastantes contributos recolhidos através de consultas internas e externas, inquéritos a beneficiários e parceiros para o desenvolvimento, estudos de fundo realizados pelo corpo técnico e recomendações do Grupo Consultivo Externo. As propostas da CDSR de 2024 incidem em seis áreas principais: (i) reforçar a definição de prioridades e a integração do Desenvolvimento de Capacidades; (ii) melhorar o modelo de financiamento; (iii) consolidar a monitorização e a avaliação; (iv) modernizar as modalidades; (v) aumentar a presença no terreno; e (vi) reforçar as políticas de

recursos humanos para o pessoal que trabalha na área de Desenvolvimento de Capacidades.

Os países membros continuam a desempenhar um papel fundamental na implementação de algumas recomendações principais. A definição de prioridades e a integração do Desenvolvimento de Capacidades nas atividades de concessão de crédito do FMI dependem de uma colaboração forte com os países membros a fim de atender às necessidades prementes e em constante evolução, assim como exigem uma forte apropriação das recomendações do FMI/AFS. A melhoria contínua do quadro de gestão dos resultados por parte do FMI, associada a acordos explícitos com os países membros sobre os resultados pretendidos, ajudarão a definir as prioridades em matéria de Desenvolvimento de Capacidades tanto no curto quanto no longo prazo, a avaliar os progressos rumo aos resultados esperados - marcos, resultados e indicadores de referência estruturais - e a assegurar a afetação eficaz dos recursos de Desenvolvimento de Capacidades. Tendo em vista um maior aproveitamento da tecnologia, o FMI/AFS continuará a combinar a oferta de Desenvolvimento de Capacidades no formato virtual e presencial, utilizando, ao mesmo tempo, os módulos de formação em linha do FMI para atender ao excesso de procura e apoiar os esforços de Assistência técnica. O Centro também prosseguirá os trabalhos com as autoridades a fim

Capacity Development STRATEGY REVIEW
CAPACITY DEVELOPMENT HEALTH CHECK

Every five years, the IMF undertakes a comprehensive review of its capacity development (CD) strategy. As a core function of the Fund, CD accounts for around one-third of our direct work with member countries and supports them to develop human capacity and build institutions for sound macroeconomic policies.

Regular reviews of our CD strategy are vital to ensure that the Fund's CD continues to be of high quality and well-focused on the priority needs of member countries. The past two CD strategy reviews in 2013 and 2018 led to a series of reforms to increase the efficiency and impact of CD, while strengthening its internal governance.

The 2024 review builds upon these reforms to advance the evolution of the Fund's CD. It calls for CD to become more flexible, better integrated with the Fund's economic analysis and lending activities, and well-tailored to respond to member needs. This review benefitted from the recent independent evaluation of IMF CD and a wide range of inputs, including internal and external consultations with stakeholders, surveys of recipients and development partners, staff background studies, and recommendations of an External Advisory Group.

Fund Capacity Development Spending Over Time
(Index 1964=100, in FTE)

Year	Spending Index (1964=100)
1964	100
1974	110
1984	120
1994	130
2004	140
2014	150
2023	160

Source: Fund staff estimates.

de integrar a Assistência técnica e a formação - principalmente através de *workshops* de formação ajustados às necessidades de um determinado país, conjugados com missões de Assistência técnica - tendo em conta as circunstâncias específicas dos países membros e a respetiva capacidade de absorção.

SECTION III

PERSPETIVAS
ECONÓMICAS REGIONAIS

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

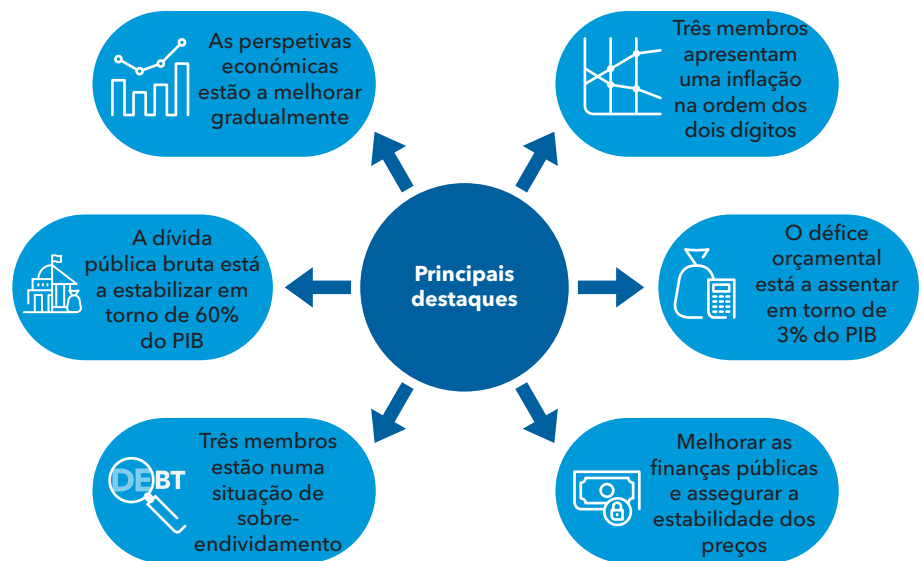
A região do AFS está a recompor-se gradualmente de quatro anos de choques externos, com muitos países membros a recuperarem das perdas relacionadas com a pandemia em termos de produção e a gerirem as pressões inflacionistas.⁵ Os esforços de consolidação orçamental envidados por alguns países membros já começaram a surtir efeito, com os níveis do défice e da dívida a caírem em termos de percentagem do PIB, embora alguns países ainda se deparem com problemas no que toca a sustentabilidade da dívida. A Zâmbia e o Zimbabué estão numa situação de sobre-endividamento, as Comores e Moçambique estão numa situação de alto risco de sobre-endividamento, ao passo que o Lesoto e Madagáscar estão numa situação de risco moderado.⁶ Desde que atingiu um pico em 2020, a média da dívida pública bruta na região do AFS desceu, estabilizando em torno de 60% do PIB. Os esforços de mobilização de receitas empreendidos pelos países membros contribuíram para a dinamização das receitas, com o rácio

de receitas públicas/PIB a subir de 25,2% em 2019 para cerca de 26,2% em 2023, na região do AFS.⁷ Com muitos países ainda a braços com uma contração do financiamento, elevados custos de financiamento e fontes de financiamento limitadas, continua a ser fulcral melhorar a mobilização das receitas internas, definir as prioridades de despesa pública, assegurando,

⁵ Três membros do AFS (Angola, Zâmbia e Zimbabué) deparam-se com uma inflação na ordem dos dois dígitos em 2024, devido, em grande parte, a desvalorizações das suas moedas.

⁶ Final de abril de 2024.

⁷ Medida pela média simples dos rácios receitas/PIB dos países do AFS.



ao mesmo tempo, a manutenção de projetos sociais e de investimento cruciais e o reforço da gestão das finanças públicas (GFP) para melhorar as perspetivas de crescimento. É igualmente imprescindível prosseguir os esforços de diversificação das atividades económicas e comerciais. Continua a ser essencial melhorar

CAIXA 1. RISCOS PARA A REGIÃO DO AFS

Com várias eleições nacionais no horizonte em 2024, as derrapagens de políticas poderão minar a consolidação orçamental, uma vez que os governos tendem a gastar mais e/ou a tributar menos no período que antecede as eleições. Além disso, as incertezas políticas muitas vezes conduzem a investimento público improdutivo e apresentam o risco de inversões de políticas. As alterações climáticas continuam a ser outro fator de risco principal, tendo em conta o aumento da frequência e da gravidade dos fenómenos climáticos na região. Por exemplo, as secas recentes em Angola, no Botsuana, em Moçambique, na Zâmbia e no Zimbabué suscitaram preocupações sobre os rendimentos das culturas, segurança alimentar, limitação da carga de energia, tensões sociais e a crescente necessidade de apoio social para proteger as populações mais vulneráveis. Estes desenvolvimentos sublinham a necessidade de dar continuidade aos esforços para promover a resiliência e melhorar a capacidade de aguentar choques futuros.

Seca sem precedentes na África Austral



a coordenação entre as instituições orçamentais e monetárias em matéria de políticas macroeconómicas.⁸

Prioridades gerais ao nível de políticas prescritas pelo FMI para a região da África Subariana:⁹

- Melhorar as finanças públicas em torno da mobilização de receitas continua a ser a primeira linha de defesa, num contexto mundial de aumento dos custos de financiamento e diminuição das opções de financiamento. Mas a prioridade máxima deve ser dada à minimização dos impactos da consolidação orçamental na vida das pessoas. Do lado do financiamento, existe ainda uma necessidade premente de empréstimos em condições concessionais.
- A política monetária deve continuar focada em assegurar a estabilidade dos preços. À medida que a inflação desacelera, mais países terão margem para reduzir as taxas de juro. O aumento da coordenação das políticas orçamental, monetária e cambial revela-se fundamental.
- A implementação de reformas estruturais, caso da agilização da integração comercial e melhoria do ambiente de negócios, para atrair mais investimento direto estrangeiro, pode contribuir para alargar as fontes de financiamento e diversificar a economia. Os países da África Subariana necessitarão de contar com mais apoio da comunidade internacional, sendo que os bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento poderão explorar opções mais eficazes de alavancar os seus balanços de modo a acomodar um futuro mais inclusivo, sustentável e próspero para a região.

⁸ O reforço dos quadros relativos às operações monetárias e cambiais continua a ser crucial uma vez que muitos países membros do AFS apresentam uma fraca transmissão monetária devido a reservas não remuneradas e a intervenções cambiais que não são baseadas nos riscos. Quadros de política monetária robustos são um pré-requisito para assegurar a estabilidade dos preços.

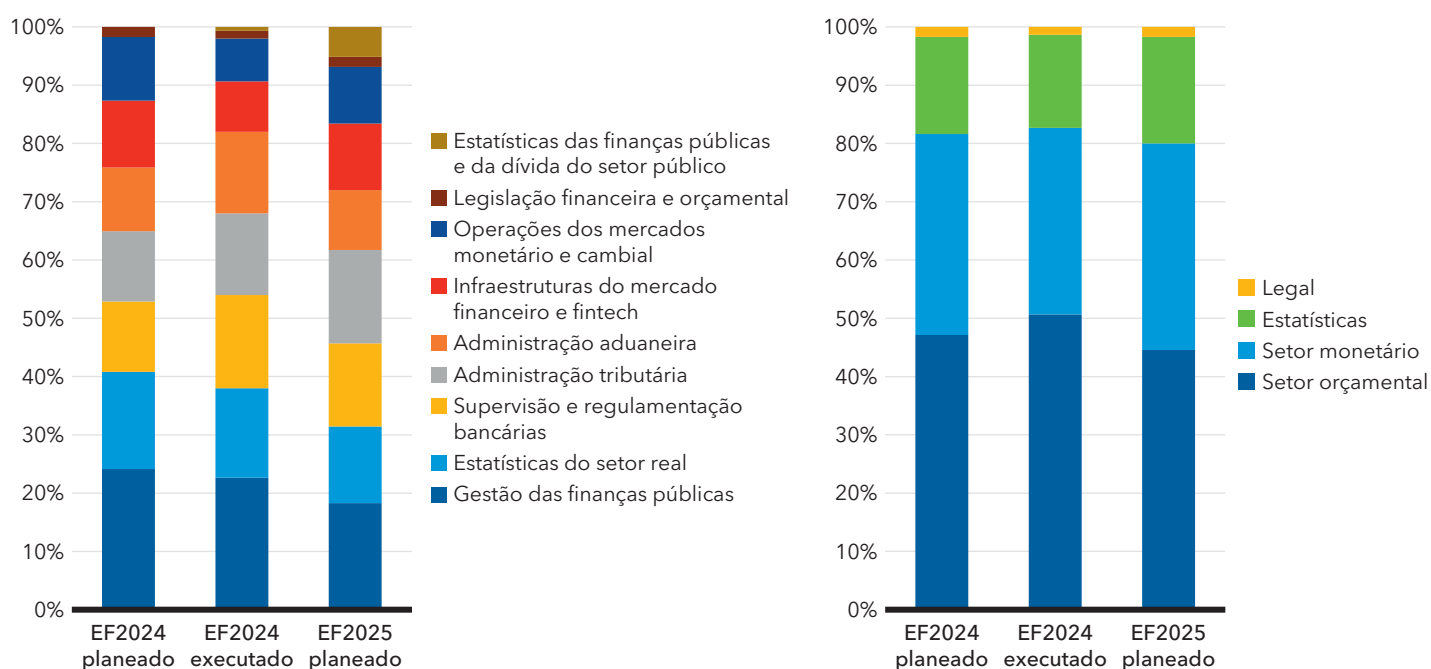
⁹ Excerto das Perspetivas Económicas Regionais (REO) de abril de 2024 para a região da África Subariana.

SECTION IV

EXECUÇÃO DO EF2024
E PRIORIDADES DE
DESENVOLVIMENTO DE
CAPACIDADES PARA
O EF2025

EXECUÇÃO DO EF2024 E PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA O EF2025

Distribuição do Desenvolvimento de Capacidades por programa de financiamento e setor



A prestação em termos de Desenvolvimento de Capacidades manteve-se robusta no EF2024 com 176 atividades nos vários fluxos de trabalho. A taxa de execução variou em função dos países e dos programas de financiamento por vários motivos, nomeadamente: adiamentos e/ou cancelamentos por parte dos beneficiários de serviços de Desenvolvimento de Capacidades, eleições e suspensão temporária das missões presenciais em

alguns países (Comores, Madagáscar e Zimbabué) devido a preocupações de segurança (Figuras 1 e 2).¹⁰ A taxa de execução global de 90% para a região da AFS (que é semelhante para os quatro membros EFAC/EFT) reflete uma boa adesão por parte de muitos beneficiários de serviços de Desenvolvimento de Capacidades. As Comores, a Namíbia, a Essuatíni, Madagáscar e as Seicheles foram os países que mais utilizaram os serviços

de Desenvolvimento de Capacidades do AFS no EF2024. Esta taxa de execução reflete igualmente a flexibilidade do Centro para acomodar novos pedidos ou alterações nas atividades planeadas. O Centro acolheu 45 novos pedidos de Desenvolvimento de Capacidades, que foram financiados por via das poupanças obtidas com os cancelamentos e adiamentos¹¹. Além disso, o Centro adaptou-se às preferências dos membros em termos de

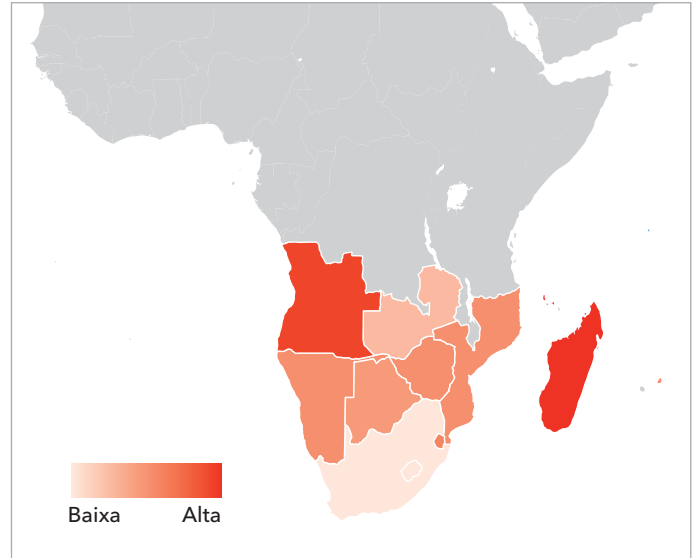
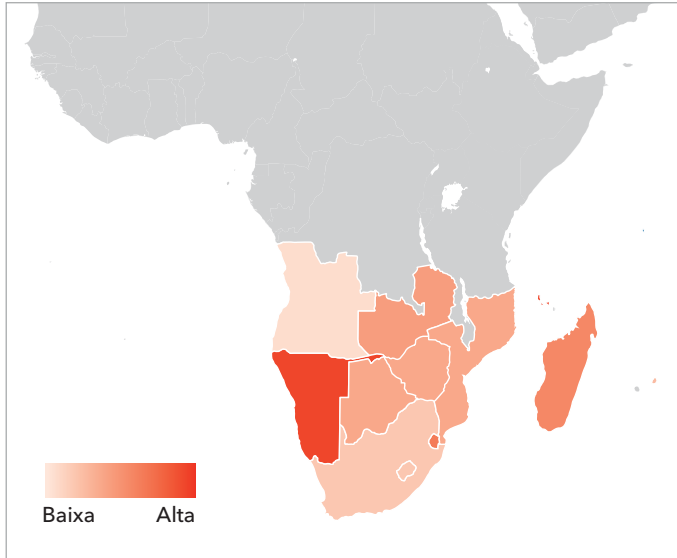
¹⁰ Algumas missões também foram totalmente conduzidas pela sede, por exemplo, missões sobre as estatísticas do setor real pela D4D geridas pelo Departamento de Estatística (STA) do FMI.

¹¹ Cerca de 65 missões de Assistência técnica foram canceladas e/ou adiadas devido a alterações nas prioridades dos países.

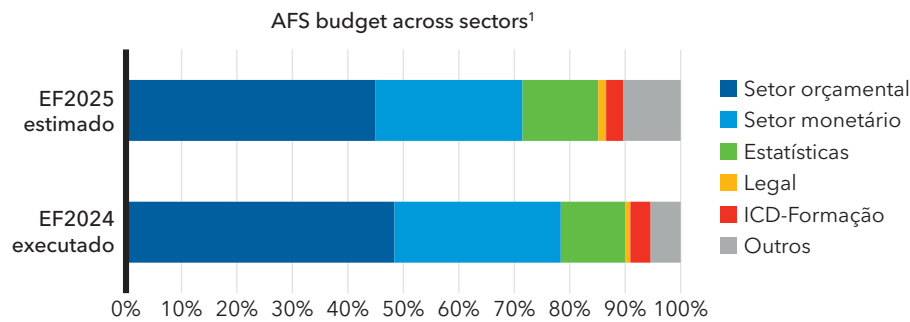
Intensidade do Desenvolvimento de Capacidades

EF2024

Plano EF2025



Distribuição do orçamento do AFS por setor



IMF REGIONAL TECHNICAL ASSISTANCE CENTER FOR SOUTHERN AFRICA
BUILDING MACROECONOMIC CAPACITY FOR SOUTHERN AFRICA
QUARTERLY BULLETIN: MAY-JULY 2023

HIGHLIGHTS

In support of the Fund's capacity development (CD) strategy, AFS Steering Committee endorsed the FY24 CD plan in June 2023 to continue empowering member countries to successfully execute policies and programs and to increase focus on climate, digitalization, governance, and anti-corruption. The plan emphasizes on further strengthening public financial management, monetary policy and FX market operations, banking supervision and regulation, cybersecurity, and debt management while continuing efforts on revenue mobilization and on improving the quality and coverage of macroeconomic statistics. CD support in these workstreams remain closely aligned with the policy advice of the IMF and the program priorities of members, including their regional integration and harmonization agendas.

Through FY24Q1 (May-July 2023) the Center, in collaboration with IMF's CD Departments, AFRITAC, and the Africa Training Institute (ATI) delivered over 20 percent of the annual plan with [33] technical assistance (TA) missions covering all 13 members, [504] regional training events, and [11] customized in-country workshops. Delivery modality varied but remained largely in-person (8 percent). The Center remained engaged with other partners in the region to ensure synergy. Specifically, in FY24Q1 AFS coordinated TA with Agence Française de Développement, United Nations Children's Fund, European Union, World Bank, and the Japanese Embassy. This newsletter highlights the CD support provided to member countries in different workstreams through FY24Q1 by the Center and other vehicles (CCCCI and AML CFT Thematic Fund).

CD SUPPORT TO MEMBER COUNTRIES

Customs Administration
By Philip Wood

Comoros: A follow-up mission, funded jointly by AFS and the Legal Department of the IMF, provided technical assistance with the drafting of a new chapter for the Customs Code covering the collection and recovery of duties and taxes for consumption of petroleum products. A new regulation on the control of petroleum products in bonded warehouse was also prepared.

Eswatini: A series of trader schemes of control (TSOC) for the excise business were finalized and are to be implemented by September 2023. A technical training workshop on excise matters was delivered to the audit team and practical skills training was provided as part of a visit to a local distillery. At the request of the Eswatini Revenue Service (ERS), an assessment was completed of capacity development needs on matters relating to anti-smuggling controls.

Madagascar: AFS resident advisor attended the bi-centennial celebrations for Malagasy Customs. A review was also completed of progress with the implementation of previously agreed activity plans.

Tax Administration
By Raphael Kemoto and Yves De Santis

Comoros: A mission assisted the authorities in: (i) identifying concrete revenue mobilization measures; (ii) modernizing the large and medium taxpayers' office, and (iii) developing a compliance improvement plan and the medium-term tax administration's strategic reform plan.

Mozambique: The Mozambican Revenue Authority was supported to implement and manage its reform and modernization program, and to institutionalize a strategic management and corporate oversight framework. Specific goals included developing support systems for the collection and analysis of performance data, monitoring results, and enforcing a results-based management structure.

South Africa: AFS assisted the South African Revenue Services to improve capacity to select appropriate Transfer Pricing cases and to audit successfully ongoing cases.

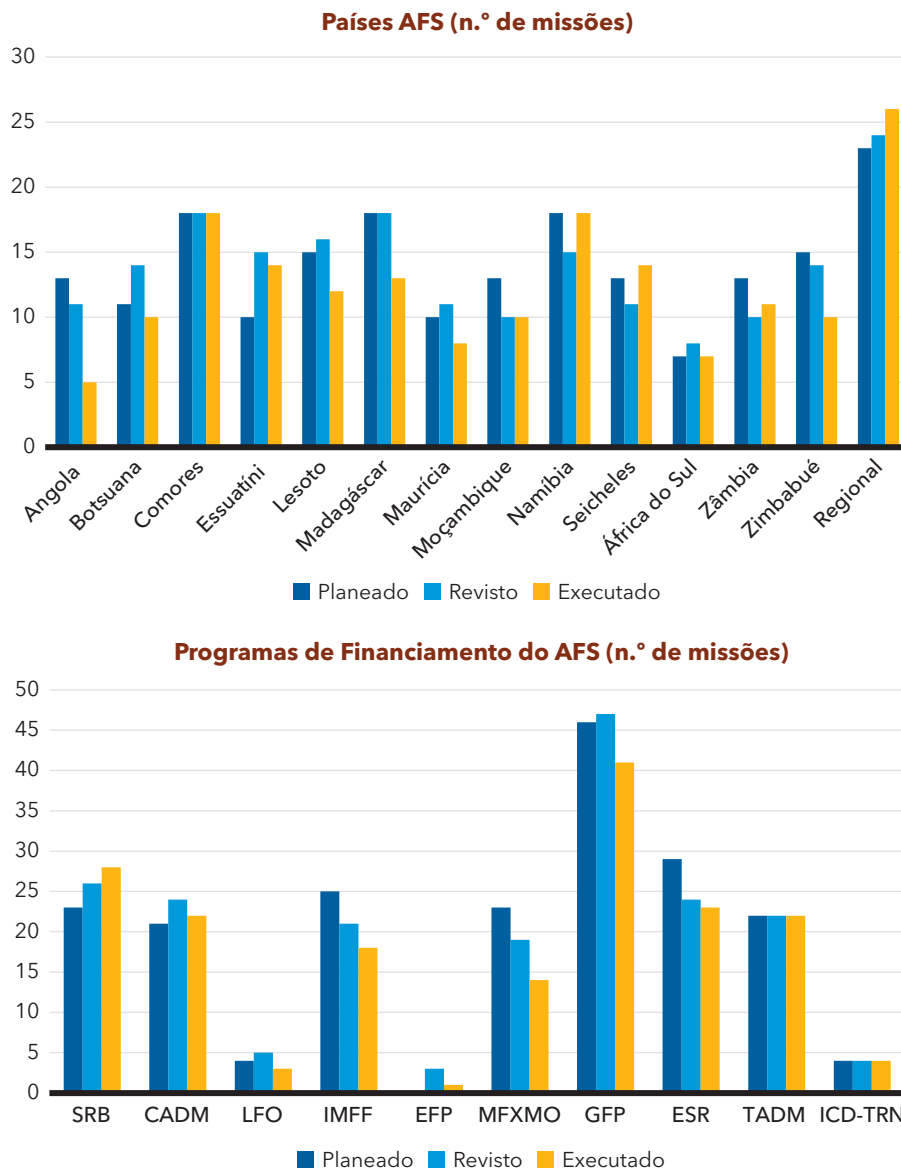
Regional workshop on the 'Completion of the International Survey on Revenue Administration (ISORA)': An in-person regional workshop on ISORA was held to equip attendees responsible for completing the ISORA with an understanding of the survey questions and how the data are to be provided, together with practical information on how ISORA data can be accessed and used. ISORA collects data on from administrations around the world using questions and definitions agreed by international organizations. The 2023 survey is more comprehensive covering more aspects of tax administrations' institutional arrangements and practices. The primary objective of the training workshop was to equip attendees responsible for completing the ISORA with an understanding of the survey questions and how the data are to be provided, together with practical information on how ISORA data can be accessed and used.

Public Financial Management
By Moulay El Omeri, Trish Kikize, and Amitabh Tripathi

Botswana: A mission on project prioritization and selection provided hands-on training to 23 economists and planners as part of the on-going support on public investment management following-up on PIMA-C-PIMA.

Comoros: The General Directorate of Treasury and Public Accounting and the Treasury of the Union were assisted, in improving fiscal data quality, accounting procedures and functions, and the consolidation of financial reports, in the context of implementing the revised Organic Law of the State's

FIGURAS 1 E 2. EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DO EF2024 POR PAÍS E PROGRAMA DE FINANCIAMENTO



SRB – Supervisão e regulamentação bancárias; CADM – Administração aduaneira; LFO – Lei financeira e orçamental; IMFF – Infraestruturas dos mercados financeiros e *fintech*; EFP – Estatísticas das finanças públicas; MFXMO – Operações dos mercados monetário e cambial; GFP – Gestão das finanças públicas; ESR – Estatísticas do setor real; e TADM – Administração tributária; ICD-TRN – Cursos de formação do ICD.

modalidades de prestação em termos de Desenvolvimento de Capacidades. [Os boletins informativos do AFS](#) fornecem detalhes sobre as atividades de Desenvolvimento de Capacidades no EF2024 realizadas nos diferentes fluxos de trabalho.

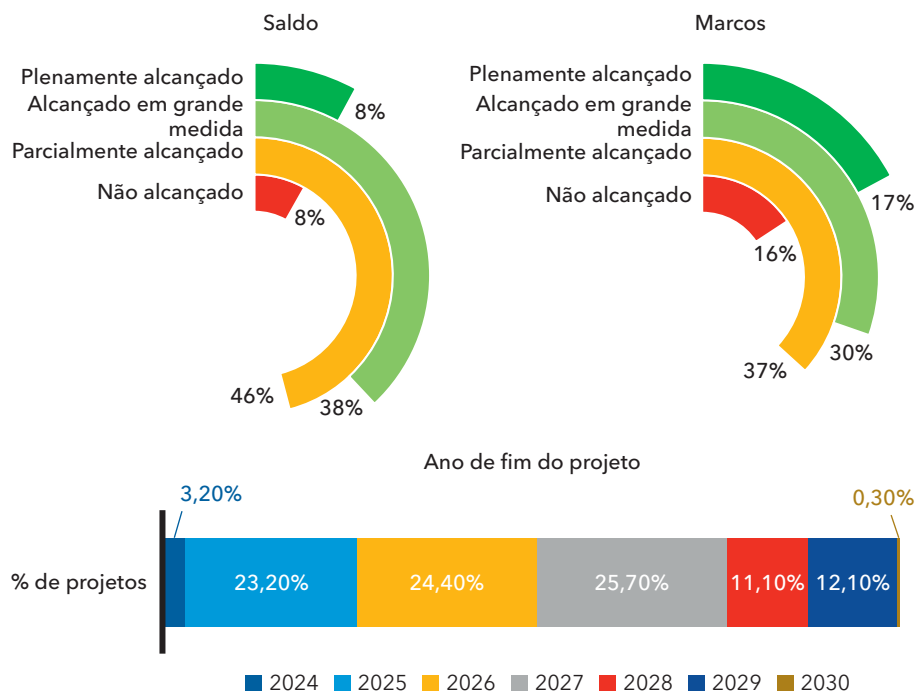
EFICÁCIA EM TERMOS DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

Os resultados gerais das atividades de Desenvolvimento de Capacidades mostram que os países membros registaram progressos positivos em várias frentes, na medida em que atingiram vários marcos e resultados

específicos, incluindo indicadores de referência acordados ao abrigo de programas com o FMI. No final de abril de 2024, dos 342 resultados (933 marcos), 46% (47%) foram totalmente alcançados ou alcançados em grande medida e 46% (37%) foram parcialmente alcançados (Figuras 3 e 4).¹² As classificações

¹² Com base em informações do CDMAP em 2 de maio de 2024. Os marcos são específicos de um país e projeto e não são normalizados ou comparáveis entre países.”

FIGURAS 3 E 4. ESTADO DOS RESULTADOS E MARCOS DO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES NO FINAL DE ABRIL DE 2024



traduzem os progressos dos beneficiários de serviços de Desenvolvimento de Capacidades rumo aos resultados de Desenvolvimento de Capacidades esperados e continuam a ser um importante indicador da eficácia das atividades de Desenvolvimento de Capacidades. Os recentes exemplos dos resultados principais refletem, entre outros, a forte apropriação e a elevada relevância das atividades de Desenvolvimento de Capacidades do FMI/AFS para a região, incluindo no que concerne o apoio à Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade (RSF) do FMI para os países membros (Madagáscar e Seicheles).

Angola melhorou a supervisão e fiscalização da moeda eletrónica; simplificou o processo de licenciamento, supervisão e fiscalização da moeda eletrónica; reforçou a capacidade dos técnicos no que toca a auditoria das grandes empresas de telecomunicações para fins fiscais; e publicou os dados do PIB rebaseado (Caixa 2).

O **Botsuana** reforçou a gestão do investimento público (GIP) através de uma formação sobre avaliação e seleção de projetos; reveriu o quadro de operações monetárias; prosseguiu a implementação do quadro de liquidez de Basileia III (finalizou as diretrizes sobre o rácio de cobertura de liquidez e finalizou a regulamentação sobre gestão do risco de liquidez); aprimorou o plano anual de endividamento e a estratégia de gestão da dívida a médio prazo; reforçou o quadro regulamentar em matéria de cibersegurança; iniciou inspeções *in situ* dos riscos de cibersegurança em bancos comerciais; elaborou uma estratégia de serviços ao cliente (Serviço Unificado de Receitas do Botsuana); e formulou uma estratégia para o sistema nacional de pagamentos (SNP).

As **Comores** finalizaram e publicaram o decreto relativo à gestão orçamental e o regulamento referente à contabilidade pública, cumprindo assim um indicador de referência estrutural

relativo às reformas da GFP; finalizaram o decreto que implementa a nova direção responsável pelo Cadastro e Assuntos Fundiários; finalizaram um novo regulamento sobre o controlo dos produtos petrolíferos nos armazéns afiançados; melhoraram as previsões de liquidez; procederam à revisão dos regulamentos de liquidez, risco de crédito e capital para o setor bancário; criaram uma Unidade de Resoluções no banco central – separada do departamento de supervisão – que reporta de forma independente ao conselho de administração; e instituíram a unidade de grandes e médios contribuintes. As autoridades também cumpriram outros indicadores de referência estruturais, sobretudo nos domínios da administração tributária (Caixa 3), do setor financeiro, da governação e das reformas em matéria de combate à corrupção com o apoio da sede do FMI.

A **Essuatíni** finalizou e implementou uma série de esquemas de comércio para o controlo dos impostos especiais de consumo; detetou várias infrações ao nível da declaração de receitas na sequência de uma formação destinada aos técnicos da alfândegas sobre combate à contrafação; atualizou os ponderadores do índice de preços no produtor; reforçou a capacidade do pessoal em termos de auditorias ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA) no setor do retalho; melhorou a vigilância das infraestruturas do

mercado financeiro (IMF); reforçou o quadro de GIP com uma formação sobre avaliação e seleção de projetos e a elaboração de novas diretrizes sobre GIP; e está a registar progressos em matéria de digitalização dos processos de GIP, o que é importante para melhorar a GFP.

O **Lesoto** adotou a ferramenta de análise da saúde financeira das empresas públicas desenvolvida pelo FAD para quantificar, analisar e comunicar os riscos orçamentais associados

às empresas públicas (Caixa 4); implementou medidas para reforçar os controlos internos no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE); e instituiu assinaturas digitais para o processamento de transações no SIGFE. Os Serviços de Receitas do Lesoto melhoraram a sua capacidade de realização de auditorias e o Banco do Lesoto simplificou o processo de inspeções *in situ*, permitindo inspeções mais focadas nos riscos, no âmbito do quadro de supervisão baseada no risco.

CAIXA 2. MELHORIA DAS ESTATÍSTICAS DAS CONTAS NACIONAIS COM REBASEAMENTO REGULAR (ANGOLA)

Em colaboração com o Departamento de Estatística (STA) do FMI, o AFS prestou assistência ao Instituto Nacional de Estatística (INE) no rebaseamento das estimativas das contas nacionais anuais (CNA) para o ano de base de 2015 e na referenciação das contas nacionais trimestrais (CNT) ao novo ano de base. As CNA rebaseadas foram publicadas em maio de 2024. O rebaseamento do PIB é o processo

mediante o qual se substitui um ano de base antigo por um ano de base mais recente. O FMI recomenda que os países produzam estimativas de referência do PIB e das suas subcomponentes, de forma regular, a cada cinco anos, a fim de garantir que os compiladores nacionais fornecem aos respetivos utilizadores mensurações corretas da dimensão e da estrutura da economia e ponderadores adequados

para agregar os índices de volume relacionados com o PIB. A Assistência técnica prestada a Angola também apoiou o INE na compilação do PIB anual na ótica da produção (PIB-P), na ótica da despesa (PIB-D) e na ótica do rendimento (PIN-R). Além disso, ofereceu recomendações de melhoria e passou em revista as práticas de difusão.

CAIXA 3. INTEGRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DO AFS COM PROGRAMAS APOIADOS PELO FMI (COMORES)

Em colaboração com o Departamento de Finanças Públicas (FAD) do FMI e outros parceiros, o AFS apoiou a implementação do indicador de referência estrutural da ECF relacionado com a interligação das plataformas SIGIT e

SYDONIA a fim de permitir o intercâmbio automático de dados entre a direção dos impostos e a direção das alfândegas. No futuro, o AFS continuará a prestar apoio às autoridades com vista à consecução de outros

indicadores de referência, em especial os que dizem respeito ao aumento do número de contribuintes ativos e à operacionalização da unidade de grandes e médios contribuintes.¹³

CAIXA 4. GESTÃO DOS RISCOS ORÇAMENTAIS DAS EMPRESAS PÚBLICAS (LESOTO)

O Lesoto assinalou avanços no que respeita o reforço da supervisão financeira das empresas públicas, graças ao apoio que recebeu do AFS e do FAD através do assessor regional em matéria de empresas públicas. O país adotou a ferramenta de análise da

saúde financeira das empresas públicas desenvolvida pelo FAD para quantificar, analisar e comunicar os riscos orçamentais associados às empresas públicas. Além disso, recebeu apoio à produção de um projeto de Relatório de Avaliação Financeira do Setor

Empresarial do Estado Consolidado e à institucionalização da gestão do risco orçamental. Entretanto, o relatório referente ao EF2022 já foi publicado e as autoridades encontram-se a produzir o relatório anual relativo ao EF2023.

¹³ Mais informações nas páginas 22 a 24 da 2.ª Avaliação das Comores ao abrigo da ECF, julho de 2024.

Madagáscar adotou a ferramenta de análise da saúde financeira das empresas públicas para quantificar, analisar e comunicar os riscos orçamentais associados às empresas públicas; procedeu a uma análise dos instrumentos das operações de mercado aberto, que permitirá tanto o aprimoramento quanto a gestão da liquidez; efetuou uma revisão dos regulamentos em matérias de risco de liquidez dos bancos; implementou a reforma regulamentar sobre os quadros de capital e liquidez de Basileia III, o quadro nacional para os bancos de importância sistêmica e o regime de grandes exposições.

A **Maurícia** operacionalizou a Unidade de Fiscalização das IMF, que prevê a separação das funções de fiscalização

e operações; melhorou as estatísticas sobre a economia não observada; deu início à preparação de um novo kit de GFP (Digitalização da Ferramenta de Avaliação da GFP) no âmbito do seu quadro regulamentar; e continuou a melhorar a prestação de serviços num vasto leque de atividades relacionadas com as alfândegas.

Moçambique melhorou a sua função de gestão de tesouraria, assim cumprindo um indicador de referência estrutural relativo às reformas da GFP; melhorou as previsões de liquidez e o funcionamento dos mercados monetários; reviu a legislação sobre SNP (Caixa 5); melhorou a gestão da dívida (Caixa 6); institucionalizou um quadro de gestão estratégica para a Autoridade Tributária de Moçambique

gerir o quadro de fiscalização das reformas tributárias; e apoiou a formação sobre conceitos básicos da regulamentação e supervisão bancárias destinada a novos técnicos de supervisão.

A **Namíbia** levou a cabo um exame do risco de cibersegurança nos bancos supervisionados (Caixa 12); reviu as funções de GFP e os mecanismos organizacionais; melhorou a monitorização e a comunicação dos riscos orçamentais das empresas públicas; reforçou a capacidade dos técnicos da Agência Tributária da Namíbia, sobretudo em matéria de auditoria; e levou a cabo um estudo de viabilidade para as moedas digitais dos bancos centrais.

CAIXA 5. AJUSTAMENTO DA LEI DO SISTEMA NACIONAL DE PAGAMENTOS (MOÇAMBIQUE)

O Banco de Moçambique (BdM) empreendeu um projeto para modernizar a lei do sistema nacional de pagamentos (SNP), tendo em conta os objetivos estratégicos e as melhores práticas internacionais. Tiveram lugar duas missões de Assistência técnica para auxiliar a reforma da lei.

Em primeiro lugar, realizou-se uma análise documental, à qual se seguiu uma segunda missão presencial que contemplou uma série de *workshops* com quadros do BdM. As missões ajudaram as autoridades a rever e alterar a lei em conformidade com as melhores práticas internacionais.

Agora, o BdM dará início a um processo de consulta pública sobre as alterações para colher as perspetivas das partes interessadas e da sociedade em geral, a fim de garantir uma base jurídica sólida.

CAIXA 6. REFORÇO DA GESTÃO DA DÍVIDA (MOÇAMBIQUE)

Através do apoio conjunto do FMI e do Banco Mundial com vista a uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo, as autoridades estão agora mais bem equipadas para avaliar a relação custo-benefício das potenciais opções de financiamento e para identificar uma estratégia em linha com as preferências do Estado em termos de custos e riscos, coerente com a redução das vulnerabilidades da dívida. Além disso, as autoridades assumiram o compromisso de rever a estratégia com regularidade para garantir o alinhamento com

as condições macroeconómicas e de mercado. Tal como sucedeu noutros países, a implementação das anteriores estratégias da dívida foi condicionada pela falta de capacidade para traduzi-las em planos de endividamento exequíveis. Para suprir esta lacuna, o AFS deu formação às autoridades sobre a utilização de uma nova ferramenta do FMI e do Banco Mundial - a ferramenta do plano anual de endividamento - que introduz uma abordagem estruturada e coerente à elaboração de planos anuais de endividamento.

A ferramenta possibilitou que as autoridades monitorizassem de que forma a execução do plano anual de endividamento afetaria os progressos rumo à concretização das metas da estratégia de gestão da dívida a médio prazo. A nível interno, a ferramenta permite que as autoridades elaborem um calendário de emissões seguindo um padrão regular de emissões para apoiar o desenvolvimento do mercado de dívida interna - um importante objetivo de gestão da dívida para Moçambique.

As **Seicheles** melhoraram o seu quadro de supervisão baseada no risco (SBR); reviram as práticas e os processos existentes para a preparação do quadro orçamental a médio prazo; reforçaram as operações de política monetária; procederam à revisão da política de GIP a fim de incluir considerações climáticas ao abrigo do programa da RSF com o FMI (Caixa 7); e registaram progressos no desenvolvimento de uma estratégia e de um quadro para a definição de parâmetros de risco para o seu novo sistema fiscal.

A **África do Sul** registou progressos no que toca a revisão do quadro regulamentar aplicável aos criptoativos; reforçou a capacidade em termos de

auditorias aos preços de transferência (Caixa 8); e realizou uma avaliação sobre transparência orçamental.

A **Zâmbia** elaborou regulamentos relativos ao rácio de cobertura de liquidez e ao rácio de financiamento estável líquido; desenvolveu e implementou uma estrutura para inspeções *in situ* exaustivas ao risco de cibersegurança; reviu os regulamentos relativos à gestão do risco de liquidez; continuou a mobilizar receitas adicionais através de uma melhoria das informações e do cumprimento; desenvolveu um Modelo de Controlo do IVA para gerir o IVA; adotou ferramentas para melhorar a análise dos riscos orçamentais (Caixa 9); completou autoavaliações para as IMF (Caixa 10); e reforçou

as práticas de gestão bancária e de tesouraria para cumprir os indicadores de referência do programa com o FMI.

O **Zimbabué** finalizou a política e os documentos conexos para permitir que a Unidade de Auditoria Pós-Controlos se foque em auditorias baseadas nos sistemas no âmbito de um programa de cumprimento baseado nos riscos nas alfândegas; instituiu diretrizes para auditorias e procedimentos operacionais normalizados pós-desalfandegamento; mobilizou receitas adicionais por via de mais informações e cumprimento (Caixa 11); reforçou os controlos internos para um melhor controlo dos compromissos e gestão dos atrasados de despesas; e introduziu a análise de modelos empresariais para fins de supervisão bancária.

CAIXA 7. PROGRESSOS NAS REFORMAS CLIMÁTICAS (SEICHELES)

As alterações climáticas e as catástrofes naturais têm implicações significativas em termos macroeconómicos e orçamentais para os pequenos Estados insulares, como é o caso das Seicheles. O aumento da intensidade e frequência dos fenómenos climáticos, como as tempestades e chuvas, escassez de água ou subida do nível do mar, representa um risco importante para as infraestruturas e o setor económico, pelo que é essencial que as Seicheles implementem políticas destinadas a assegurar uma

adaptação eficaz às alterações climáticas. O FMI, em coordenação com o AFS, tem vindo a prestar apoio através de serviços de Desenvolvimento de Capacidades feitos à medida, combinados com atividades de formação e Assistência técnica. As Seicheles beneficiaram de formação sobre "C-PIMA e Orçamentação Verde", "Macroeconomia das Alterações Climáticas" e "Alterações Climáticas e Políticas Macrofinanceiras". Receberam ainda Assistência técnica para apoiar as reformas em curso no âmbito do

fundo para a resiliência e a sustentabilidade. No ano transato, as Seicheles procederam à revisão da sua política GIP a fim de incluir considerações climáticas ao abrigo do programa da RSF com o FMI. O governo/conselho de ministros também adotou um roteiro e um calendário com as ações necessárias para melhorar a eficiência do investimento público, incluindo investimentos relacionados com o clima, baseados na C-PIMA de 2023.

CAIXA 8. REFORÇO DE CAPACIDADES SOBRE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA (ÁFRICA DO SUL)

O AFS prestou apoio avançado em termos de Desenvolvimento de Capacidades para os preços de transferência destinado a tratar casos anonimizados específicos, assim como deu formação e orientações sobre o

quadro legislativo relativo aos preços de transferência e às transações financeiras. Registaram-se avanços positivos em, pelo menos, uma dúzia de casos anonimizados. Agora, há um envolvimento considerável com os

contribuintes em termos de pedidos de informações pormenorizadas, com alguns casos já na fase de emissão de uma carta com as constatações e a proposta de ajustamentos dos preços de transferência na declaração fiscal.

CAIXA 9. REFORÇO DA GESTÃO DO RISCO ORÇAMENTAL (ZÂMBIA)

A Zâmbia está a registar progressos na implementação das reformas da GFP e encontra-se no processo de reestruturação da sua dívida. Ao abrigo da ECF com o FMI, as medidas de reforma vão desde metas estruturais e quantitativas até ao restabelecimento da sustentabilidade orçamental e da estabilidade económica. O apoio em termos de Desenvolvimento de Capacidades prestado pelo FAD e pelo AFS complementa os esforços do governo para promover a transparência e a sustentabilidade orçamentais, cumprir os indicadores de referência estruturais ao abrigo da ECF, incluindo a integração da gestão do risco orçamental no processo de orçamentação.

Nos últimos dois anos, verificaram-se progressos assinaláveis em termos de reforço da capacidade institucional e

técnica a fim de gerir os riscos orçamentais e melhorar a fiscalização financeira das empresas públicas. O AFS deu formação a funcionários sobre ferramentas para quantificar e analisar os riscos orçamentais das empresas públicas, como a ferramenta de análise da saúde financeira das empresas públicas desenvolvida pelo FAD, a ferramenta de teste esforço das empresas públicas e a ferramenta de avaliação dos empréstimos e garantias, que já estão a ser utilizadas para avaliações do risco de crédito aquando do pedido de empréstimos e garantias. Com o apoio do FAD e do AFS, a política relativa às empresas públicas está a ser objeto de revisão com vista ao reforço do quadro institucional e de governação aplicável às empresas públicas. Além disso, está

a ser preparado um projeto de declaração dos riscos orçamentais para o orçamento de 2024 com o intuito de publicar o mesmo no âmbito do orçamento de 2025.

Além da Zâmbia, a ferramenta de análise da saúde financeira das empresas públicas foi adotada pelo Lesoto, Botsuana, África do Sul, Madagáscar, Comores, Seicheles, Namíbia e Moçambique para quantificar e analisar os riscos orçamentais das empresas públicas. Além disso, estão previstos outros trabalhos para apoiar as autoridades em termos de divulgação e relato dos riscos orçamentais relacionados com as empresas públicas.

CAIXA 10. DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES NOS PRINCÍPIOS PARA AS INFRAESTRUTURAS DO MERCADO FINANCEIRO (ZÂMBIA)

O Banco da Zâmbia (BdZ) procurou melhorar a gestão do risco e fiscalização das IMF e garantir o cumprimento das normas internacionais, especificamente os princípios para as infraestruturas do mercado financeiro (PFMI). O BdZ identificou quatro sistemas como sendo IMF de importância sistémica e cada operador realizou uma autoavaliação dos princípios. As autoavaliações dos PFMI foram realizadas pelo Sistema de Pagamentos e Liquidações Interbancárias da Zâmbia, a *Zambia Electronic Clearing House Limited*, a Central de Depósitos de Títulos do Banco da Zâmbia e a Central de Depósito de Títulos da Bolsa de Valores de Lusaca.

O AFS ministrou formação sobre os PFMI e as responsabilidades das autoridades de supervisão das IMF, assim como deu orientações sobre a revisão de autoavaliações dos PFMI específicos e o processo de publicação dos relatórios dos PFMI. Além disso, o AFS partilhou informações sobre as avaliações das IMF realizadas por outras jurisdições a fim de possibilitar comparações e endereçar alguns desafios específicos enfrentados pelos avaliadores durante as avaliações. O apoio também se debruçou sobre os requisitos dos PFMI para os reguladores, supervisores e fiscalizadores de IMF e traduziu-se em orientações sobre a utilização

prática do Quadro de Divulgação e a Metodologia de Avaliação para avaliar as responsabilidades.

A assistência ajudou a melhorar a compreensão do risco, assim como dos requisitos e dos objetivos do quadro de avaliação dos PFMI. O BdZ está agora em posição para completar a análise dos PFMI e publicar os relatórios de avaliação dos PFMI para as IMF de importância sistémica.

CAIXA 11. MOBILIZAÇÃO DE RECEITAS ATRAVÉS DE UMA MELHOR GESTÃO DO RISCO (ZIMBABUÉ)

As atividades de Desenvolvimento de Capacidades do AFS relativas à melhoria da capacidade de gestão dos riscos fizeram com que a unidade de gestão de riscos superasse a sua meta de receitas. Foram alcançados progressos assinaláveis com a revisão e atualização dos critérios de seletividade no sistema de processamento aduaneiro (ASYCUDA), o que gerou receitas adicionais. De acordo com o aconselhamento prestado pelo AFS, além das mercadorias, agora também são abrangidas as pessoas singulares e coletivas. A Comissão de Gestão de Risco (CGR) reúne regularmente ao nível técnico para acompanhar a identificação dos riscos operacionais e

a afetação dos recursos destinados aos mesmos. Este trabalho é coordenado de perto com a Divisão de Impostos Internos (DII). Os funcionários da área de risco da Divisão das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo e a DII continuam a realizar sessões conjuntas para determinar os perfis de risco e partilhar dados sobre o cumprimento.

Além dos progressos registados em matéria de gestão do risco, a Unidade de Informações Financeiras da Autoridade Tributária gera agora com regularidade relatórios de informações financeiras conduzindo a apuramentos proveitosos. A Estratégia Nacional de Informações foi adotada

e difundida com êxito na Autoridade Tributária do Zimbabué. A Unidade de Informações investigou e divulgou relatórios de informações, contribuindo para apuramentos de receitas adicionais consideráveis – mais 10,8 milhões de dólares dos Estados Unidos foram coletados para o ano de janeiro a dezembro de 2023. A Unidade de Informações Financeiras está a registar bons progressos, tendo produzido relatórios de informações que resultaram em apuramentos totalizando 53,4 milhões de dólares dos Estados Unidos nos 12 meses anteriores a março de 2024, assim como apreensões e sanções.

CAIXA 12. INICIATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES RELATIVA À REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO DE RISCOS CIBERNÉTICOS PARA OS PAÍSES MEMBROS DO AFS

Em resposta aos crescentes riscos ao nível da estabilidade financeira e prudencial, o AFS e o Departamento de Mercados Monetários e Cambiais (MCM) do FMI criaram, em meados de 2021, a Iniciativa para o Desenvolvimento das Capacidades relativa à Regulamentação e Supervisão de Riscos Cibernéticos a fim de realizar atividades de Desenvolvimento de Capacidades abrangentes sobre os quadros de regulamentação e supervisão do risco de risco de cibersegurança, em linha com as normas e práticas internacionais. Na Fase I da iniciativa, que abrange um grupo sub-regional de seis países (Botsuana, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué) foi concluída em meados de 2024. Ao longo dos três anos precedentes, reforçou os quadros de regulamentação e supervisão do risco de cibersegurança dos países membros:

Desenvolvimento de novos regulamentos prudenciais sobre cibersegurança

- 75 supervisores receberam formação sobre a elaboração de regulamentos prudenciais eficazes em matéria de cibersegurança.
- Foram elaborados seis regulamentos em matéria de cibersegurança (três já foram publicados e estão em vigor, ao passo que outros três ainda estão por finalizar).

Desenvolvimento de inspeções *in situ* eficazes sobre o risco de cibersegurança

- 55 supervisores receberam formação sobre supervisão prudencial eficaz em matéria de cibersegurança.
- Foram realizadas 11 inspeções *in situ* sobre cibersegurança em seis países.

Desenvolvimento dos conhecimentos regionais

- A iniciativa aumentou de forma considerável a atenção que é dada ao risco de cibersegurança na região e permitiu desenvolver recursos especializados em matéria de cibersegurança que podem ser aproveitados em ulteriores trabalhos de Desenvolvimento de Capacidades.
- Os países membros prosseguiram a expansão da realização de inspeções *in situ* aos bancos.
- O AFS e o MCM começaram a utilizar os conhecimentos regionais como um recurso técnico para a execução da Fase II, que arrancou em julho de 2024.

No âmbito do plano de trabalho para o EF2024, foram organizados 27 eventos de formação regionais - vários em colaboração com outros AFRITAC, o ATI e parceiros – e vários workshops para países individuais. Estes abrangem domínios tradicionais que sustentam o trabalho de Assistência técnica em curso, mas também foram alargados para contemplar formações em domínios transformativos e de crescimento, como clima, digitalização e ferramentas analíticas apoiadas pelo

FMI.¹⁴ A formação do AFS recebeu boas avaliações (com uma avaliação média de 4,5 numa escala de 0 a 5). Os ganhos de aprendizagem dos quatro cursos conduzidos pelo ICD situaram-se, em média, em 30,1 pontos percentuais. O AFS continuou a colaborar com parceiros, como a UE, o Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Oriental e Austral, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, a Organização Mundial do Comércio, a União

Aduaneira da África Austral, a Agence Française de Développement, o Banco Mundial e o Japão em determinados eventos de formação conjuntos para incentivar a aprendizagem entre pares e apoiar as agendas de integração regional dos países membros¹⁵. Ao ministrar formação em três línguas (inglês, francês e português), o AFS promoveu uma participação equilibrada em toda a região. A participação de mulheres (43%) manteve-se acima da média histórica.



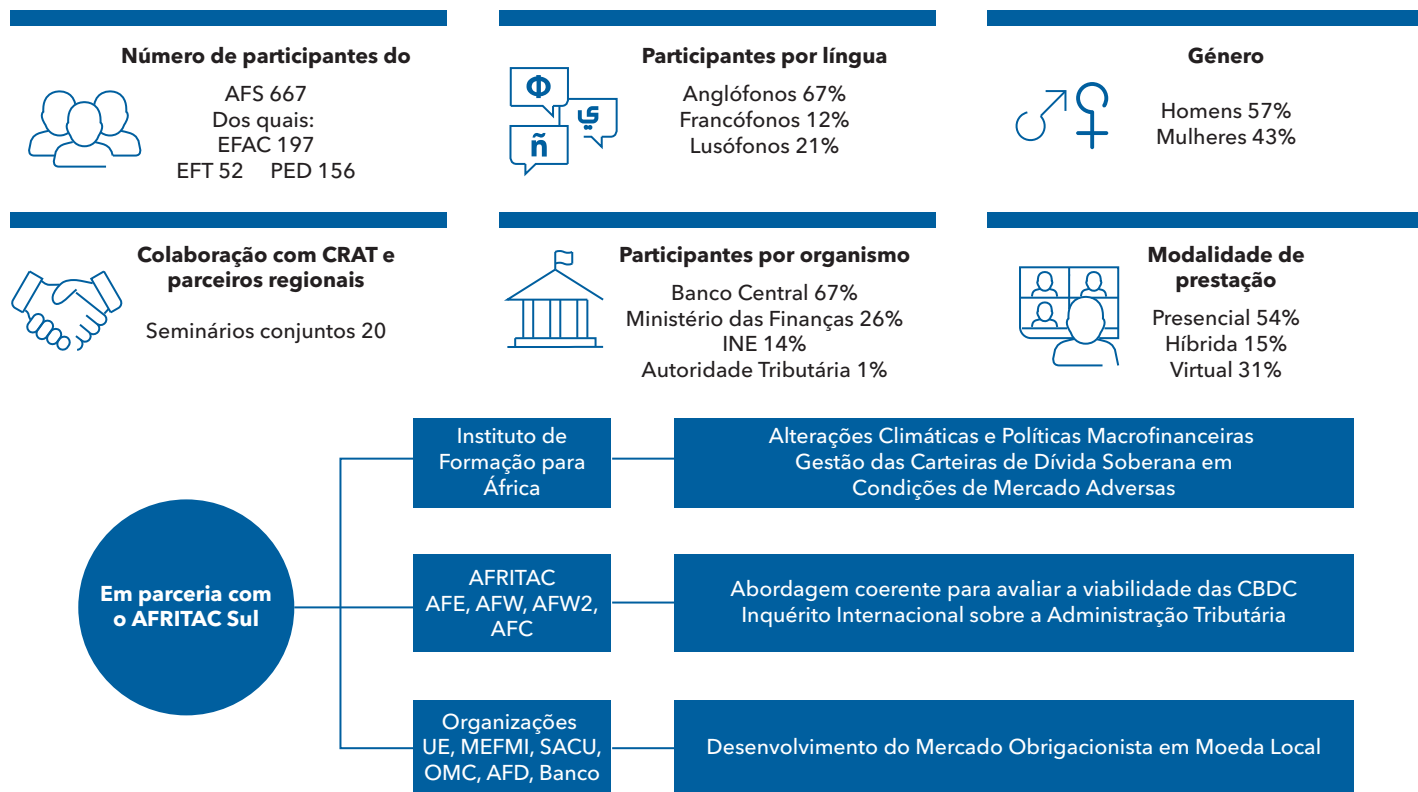
Joint IMF, World Bank, and MEFMI Workshop on Local Currency Bond Market Development (Mozambique)



Joint AFS, AFE and AFW2 Workshop on Foreign Exchange Policy and Operation (Ethiopia)

¹⁴ Consultar também as informações no Anexo V para mais detalhes sobre as formações realizadas ao longo do EF2024.

¹⁵ Em conformidade com o “Acordo para melhorar a governação económica na África Subsariana (ECOGOVA, na sigla em inglês)”, são enviadas notificações para os parceiros de desenvolvimento, informando-os das datas das missões e da disponibilidade de peritos para quaisquer reuniões de informação. Além disso, os logótipos dos parceiros de desenvolvimento são incluídos em todos os materiais, por exemplo: convites para seminários, relatórios anuais, relatórios de Assistência técnica, boletins informativos, sítios Web, projeções durante seminários, cursos, reuniões e cerimónias. A implementação e o desempenho do programa também são comunicados por meio de boletins informativos, reuniões do Comité de Pilotagem e relatórios de missão através da plataforma *Partners Connect* do FMI.

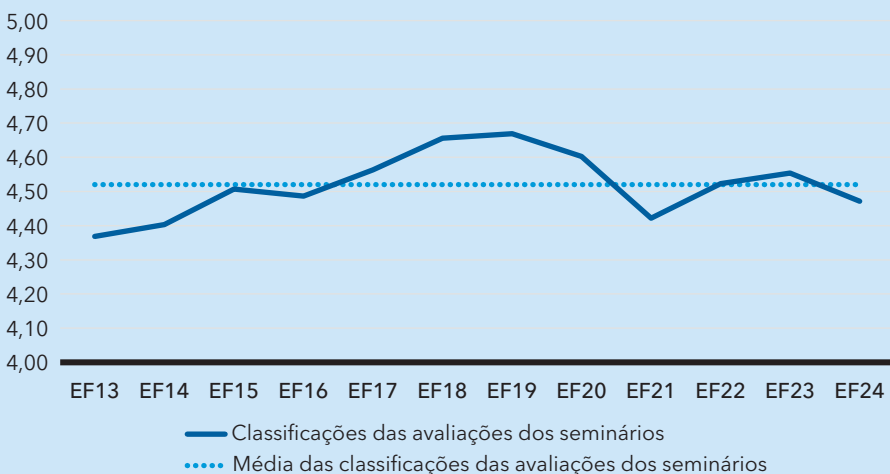


CAIXA 13. CLASSIFICAÇÕES DAS AVALIAÇÕES DOS SEMINÁRIOS

As classificações das avaliações dos seminários indicam o grau de satisfação dos participantes. Os dados utilizados para calcular as classificações das avaliações dos seminários são captados através de uma combinação de inquéritos qualitativos e quantitativos.¹⁶ A Figura 5 apresenta a evolução das classificações das avaliações dos seminários numa escala de 0 a 5 (média simples). O declínio nas classificações das avaliações do EF2020 para o EF2021 deve-se, em grande parte, à mudança para o modo de ensino virtual durante o confinamento. As modalidades de realização dos seminários mudaram desde a era pós-COVID, com as classificações dos seminários virtuais a serem inferiores às dos seminários presenciais. A adaptação ao

ambiente de aprendizagem por parte dos participantes e dos formadores melhorou de forma assinalável as classificações nos EF2022 e EF2023.

FIGURA 5. CLASSIFICAÇÕES DAS AVALIAÇÕES DOS SEMINÁRIOS



¹⁶ Os inquéritos são realizados no CVENT. As classificações são calculadas e geradas pelo CVENT em três domínios: formação, aspetos administrativos e geral. As classificações gerais baseiam-se numa média simples da classificação da formação e dos aspetos administrativos.

CAIXA 14. APOIO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PRESTADO POR VEÍCULOS NÃO AFS (CBC/FT, LEG-GAC, D4D E GESTÃO DA DÍVIDA)

Outros veículos de financiamento do FMI e o IMF01 continuaram a complementar o apoio do AFS aos países membros em fluxos de trabalho que não são diretamente financiados pelo Centro. A Iniciativa para o Desenvolvimento das Capacidades no contexto da crise da COVID-19 (IDCCC), o Fundo Fiduciário Temático CBC/FT, o LEG-GAC e o financiamento da D4D em STA realizaram 11 missões de Assistência técnica e seis *workshops*/conferências regionais destinados à região do AFS. O assessor residente financiado pela IDCCC sobre gestão da dívida prestou apoio a determinados membros na elaboração de planos anuais de endividamento e estratégias de gestão da dívida a médio prazo, melhoria da análise da sustentabilidade da dívida, reconciliação de dados da dívida, emissão de títulos de dívida pública e revisão do quadro jurídico para a gestão da dívida. O assessor

suportado pelo LEG apoiou a Namíbia no domínio do CBC/FT, o Botsuana na área de ferramentas baseadas no risco e Moçambique no que toca a supervisão do CBC/FT. O assessor participou numa reunião do grupo de trabalho do Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral (ESAAMLG). Duas missões sobre contas nacionais e estatísticas dos preços financiadas pela D4D prestaram apoio a Angola e a Zâmbia em matéria de estatísticas do setor real (ESR). O perito financiado pelo LEG/GAC em matéria de governação e combate à corrupção participou em duas missões à Zâmbia sobre o quadro jurídico de combate à corrupção. Continua a ser essencial financiar o Desenvolvimento de Capacidades nestes domínios, para que os países da região alcancem objetivos macroeconómicos e de estabilidade mais amplos.¹⁷

PROGRESSOS EM TERMOS DE RESULTADOS DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

Moçambique atualizou a sua estratégia de gestão da dívida, elaborou um plano interno de endividamento anual para implementar essa estratégia e integrou os indicadores de custos e riscos nos relatórios anuais da dívida pública – um passo fulcral para aumentar a transparência da dívida. As **Comores** estão a dar passos para introduzir um mercado de títulos de dívida pública no âmbito do objetivo mais alargado para diversificar as fontes de financiamento do Estado e reforçar o quadro de implementação da política monetária. Foram concebidos quadros para estruturar e operacionalizar o mercado de títulos de dívida pública. As **Seicheles** estão a avançar na implementação de um quadro para a negociação de títulos de dívida pública no mercado secundário.

CAIXA 15. DESENVOLVIMENTO DO MERCADO OBRIGACIONISTA EM MOEDA LOCAL

As recorrentes pressões de financiamento têm chamado constantemente a atenção para a necessidade de desenvolver o Mercado Obrigacionista em Moeda Local (MOML). Um mercado de dívida pública interna profundo e eficiente aumenta a resiliência da economia a choques adversos e possibilita que os governos financiem medidas críticas em matéria de política económica e orçamental nessas condições. Ao reduzir a dependência dos empréstimos em moeda estrangeira, os mercados de dívida interna ajudam a atenuar os riscos cambiais nos balanços soberanos e concorrem para proteger o mercado

interno da volatilidade nos mercados de capitais globais e das saídas de capitais associadas.

O desenvolvimento de mercados de dívida pública interna continua a ser um importante objetivo de política para várias autoridades na região da África Subsariana. Alguns países assinalaram avanços significativos no desenvolvimento dos seus mercados de dívida pública, mas outros têm tido menos sucesso. Embora estejam prontamente disponíveis diretrizes e princípios gerais para o desenvolvimento dos mercados de dívida local, a sua tradução em reformas específicas é uma empreitada difícil e morosa,

que exige várias medidas de política e interdependentes por parte de um vasto leque de partes interessadas.

O quadro de MOML do FMI e do Banco Mundial oferece uma ferramenta de diagnóstico exaustiva e sistemática que pode ser utilizada para avaliar os estágios de desenvolvimento do mercado da dívida e identificar medidas com vista ao reforço dos pilares principais destes mercados. O quadro começa com uma avaliação das condições preexistentes necessárias ao desenvolvimento com êxito do MOML. Aplica uma série de indicadores específicos que ajudam a: (a) avaliar o estágio de

¹⁷ Os assessores residentes financiados por estes veículos também prestam apoio a países que não são membros do AFS na região da África Subsariana.

desenvolvimento do mercado do país com bases em seis pilares fundamentais: mercado monetário, mercado primário, base de investidores, mercado secundário, IMF e quadro jurídico e regulamentar; (b) identificar as lacunas do país; e (c) formular um plano de ação para suprir as lacunas, tendo em conta as limitações de capacidade e as restrições institucionais.

Um painel organizado durante a reunião de junho de 2024 do Comitê de Pilotagem constituiu uma oportunidade para debater os desafios em matéria de gestão da dívida na região e a iniciativa conjunta do FMI e do Banco Mundial para apoiar

o desenvolvimento de MOML. Os peritos do AFS/FMI apresentaram o quadro de MOML do FMI e descreveram os benefícios de um mercado de dívida interna maduro e as boas práticas para o desenvolvimento de tais mercados. Oradores do Botsuana, do Lesoto e das Seicheles transmitiram as suas experiências com a aplicação do quadro de MOML, incluindo a utilização do quadro para identificar e definir as prioridades para o desenvolvimento do mercado. Partilharam os marcos alcançados através das reformas e identificaram as áreas que carecem de mais Assistência técnica. Os oradores da Maurícia e da África do Sul – países que estão mais

avanzados no desenvolvimento dos seus mercados de dívida pública – partilharam as suas experiências com o aprofundamento dos seus mercados, dando destaque às principais práticas e políticas do mercado primário que têm continuado a sustentar o desenvolvimento dos seus mercados. Realçaram as componentes principais do mercado que devem merecer maior atenção dos seus pares com vista a um desenvolvimento equilibrado. Além disso, salientaram a importância de uma boa coordenação entre o banco central e o ministério das finanças em termos de desenvolvimento do mercado e de gestão da dívida.



CAIXA 16. FORMAÇÃO DESTINADA A VÁRIOS PAÍSES OU A UM DETERMINADO PAÍS PRESTADA PELO AFS SOBRE AS FERRAMENTAS ANALÍTICAS DO FMI

Os choques macroeconómicos, as catástrofes naturais, os regastes de empresas públicas e os choques nos preços das matérias-primas acen- tuaram a pressão sobre as finanças públicas nos países com menores rendimentos. Ao longo do EF2024,

o AFS, em colaboração com a sede (FAD, ICD, LEG, MCM e RES), apoiou atividades de Desenvolvimento de Capacidades com vista à melhoria da política económica usando as ferr- mentas analíticas abaixo referidas e desenvolvidas pelo FMI.

- FAD
- Ferramenta de avaliação dos riscos orçamentais
- Modelo de avaliação dos riscos orçamentais das PPP

- Ferramentas de teste de esforço das empresas públicas e de análise da saúde financeira das empresas públicas
- Ferramenta de avaliação dos empréstimos e das garantias
- Ferramenta de análise e previsões de tesouraria
- Avaliação da gestão do investimento público (PIMA)/PIMA-Climático
- Avaliação da transparência orçamental
- MCM
- Ferramenta analítica da estratégia de gestão da dívida a médio prazo (EDMP)
- Ferramenta analítica do plano anual de endividamento (PAE)
- Quadro de sustentabilidade da dívida para países de baixo rendimento (QSD-PBR)

- Quadro de avaliação de diagnóstico do mercado obrigacionista em moeda local (MOML)
- RES
- Dívida-investimento-crescimento e catástrofes naturais (DIGNAD)
- ICD
- Ferramenta das dinâmicas da dívida (DDT) com catástrofes naturais
- LEG
- Ferramenta baseada no risco de CBC/FT

O kit de ferramentas do risco orçamental, que desempenha um papel essencial na identificação e gestão dos riscos orçamentais, inclui várias ferramentas, como o modelo de avaliação dos riscos orçamentais das PPP, a ferramenta de teste de esforço das empresas públicas, a ferramenta de análise da saúde financeira das empresas públicas e a ferramenta de

avaliação dos empréstimos e garantias. Estas ferramentas ajudam a avaliar melhor os riscos decorrentes dos choques macroeconómicos, pandemias, empresas públicas ou empréstimos e garantias públicas. A ferramenta do plano anual de endividamento (PAE) ajuda a elaborar planos anuais de financiamento e calendários de emissões que descrevem o modo de implementação da estratégia de gestão da dívida preferida. Tendo em conta o aumento da intensidade e frequência dos choques climáticos, o kit de ferramentas da dívida-investimento-crescimento e catástrofes naturais (DIGNAD) ajuda a estudar o efeito dos riscos climáticos e de que forma os investimentos na adaptação das infraestruturas podem contribuir para a mitigação dos riscos. O modelo também avalia a perda temporária de produtividade, as ineficiências durante o processo de reconstrução e os danos causados na fiabilidade creditícia do soberano.

PRIORIDADES EM MATÉRIA DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA O EF2025

O programa para o EF2025 continua a apoiar os países membros na concretização dos marcos e resultados pendentes nos vários fluxos de trabalho. É dada especial atenção ao fornecimento de apoio adequado às necessidades dos membros EFAC, garantindo que as atividades de Desenvolvimento de Capacidades concorrem para o cumprimento de indicadores de referência essenciais acordados nos programas dos países membros com o FMI. O plano de trabalho atribui uma grande importância à melhoria das finanças públicas através do reforço da GFP,

administração tributária e gestão da dívida do setor público, tirando proveito, ao mesmo tempo, das vantagens das *govtech*. Em determinados países, a tónica é colocada na melhoria da governação e das operações do banco central - incluindo por via de avanços em áreas como a cibersegurança, *fintech* e moedas digitais - e na revisão da principal legislação financeira. No domínio da estatística, o AFS irá intensificar o apoio para os países membros realizarem diagnósticos no domínio das estatísticas das finanças públicas (EFP) e estatísticas da dívida do setor público (EDSP) através de um assessor residente recrutado recentemente que, em colaboração com o STA e com financiamento da D4D, apoiará

os esforços para suprir as lacunas de dados nesta matéria importante. Trata-se de um complemento essencial para os esforços do AFS tendo em vista a melhoria da análise das políticas e da gestão da dívida.

Em termos de distribuição de recursos, os serviços de Desenvolvimento de Capacidades continuarão a centrar-se nos fluxos orçamentais (45%), setor monetário e financeiro (39%) e estatísticas (14%), com cerca de um terço das atividades direcionadas para países no grupo EFAC e EFT e 29% para PED.

O apoio mais intensivo está previsto para Angola, Comores e Madagáscar. A distribuição da Assistência técnica pelos países é determinada pela

procura e tem em conta a capacidade de absorção e os progressos realizados com base em assistências anteriores. Outros destaques importantes do plano de Desenvolvimento de Capacidades para o EF2025 incluem:

- Mais de 165 missões de Assistência técnica com uma tônica crescente nos domínios das EFP e EDSP, clima, género, digitalização, cibersegurança, governação e um ligeiro redirecionamento do apoio das estatísticas das contas nacionais para acomodar o trabalho sobre EFF/EDSP (Figuras 6 e 7).
- Mais de 20 eventos regionais de formação destinados a vários países, alguns concebidos especificamente para diferentes grupos de países, por exemplo, países EFAC, países francófonos e lusófonos e países membros da Zona Monetária Comum (África do Sul, Essuatíni, Namíbia e Lesoto).
- A continuação da colaboração com o ATI, os AFRITAC, os fundos fiduciários temáticos do FMI e os parceiros regionais, assim como o financiamento de destacamentos profissionais, incluindo fora da região do AFS/África Subsariana.

PROGRAMA PARA O SETOR ORÇAMENTAL PARA O EF2025

Em colaboração com o FAD, o programa orçamental do AFS continuará a prestar assistência aos países membros por meio de iniciativas destinadas a melhorar as finanças públicas e a restabelecer a resiliência orçamental. Os serviços de Desenvolvimento de Capacidades destinados aos ministérios das finanças concentrar-se-ão nos seguintes temas: gestão de tesouraria e da dívida; fiscalização das empresas públicas; integração dos riscos orçamentais no processo orçamental; diretrizes e quadros jurídicos relativos à GFP; reformas organizacionais; quadros

FIGURA 6. MISSÕES AT EF2025 POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO

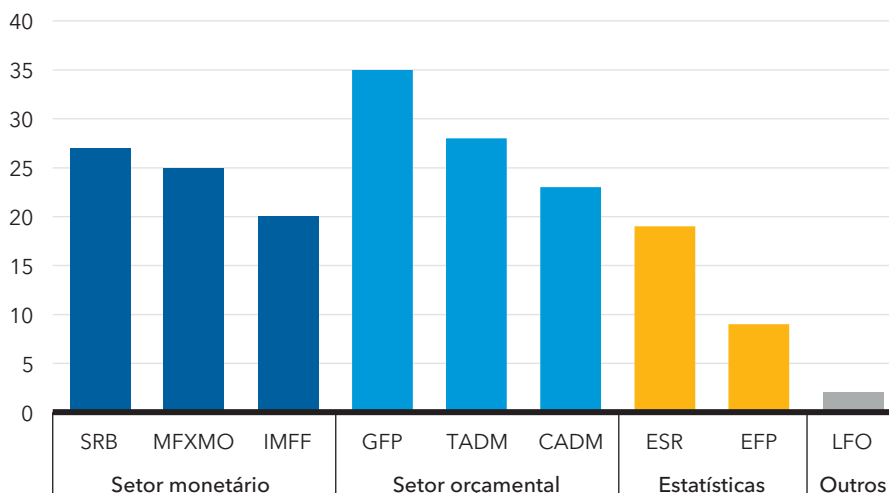
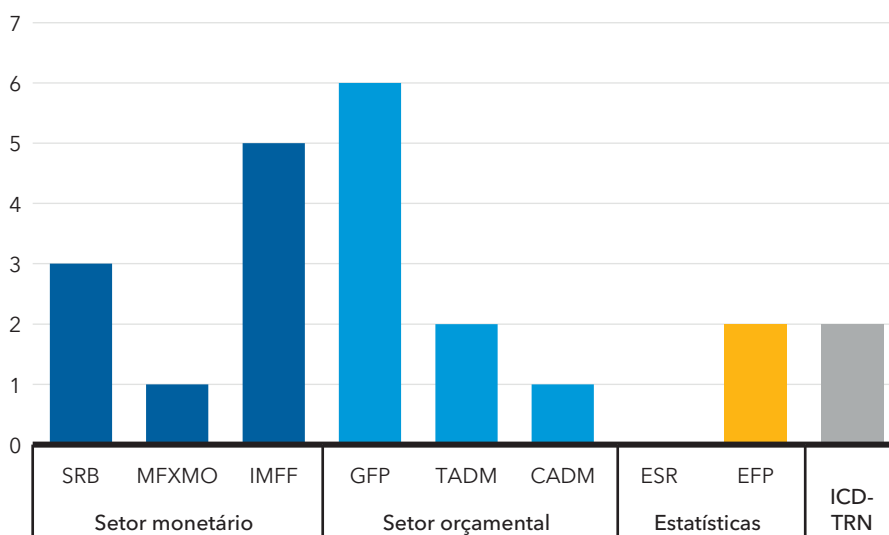


FIGURA 7. WORKSHOPS EF2025 POR PROGRAMA DE FINANCIAMENTO



orçamentais; gestão do investimento público; execução orçamental; relato e transparência orçamentais; PIMA, incluindo C-PIMA; e governação de dados orçamentais. O plano para o EF2025 também prevê o aumento dos recursos para apoiar a resiliência climática e a adoção de soluções digitais por parte de instituições públicas. Os serviços de Desenvolvimento de Capacidades destinados às administrações tributárias continuarão a apoiar iniciativas com o objetivo de melhorar a mobilização

de receitas, a promoção do comércio, os serviços aos contribuintes, as informações e a gestão do risco. Além disso, será testado um projeto piloto para aumentar a participação das mulheres na economia mediante o desenvolvimento de um programa de comerciante de confiança para microempresas. O programa do setor orçamental será complementado por atividades de Desenvolvimento de Capacidades conduzidas pelo FAD e financiadas pela Parceria Mundial para o Financiamento Público (GPPF).

CAIXA 17. TRABALHO DO AFS NA ÁREA DA DIGITALIZAÇÃO – GFP E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Os países do AFS têm aproveitado as tecnologias existentes e emergentes para: aumentar a eficiência e a eficácia; promover a responsabilização e a transparência na mobilização de receitas internas e na gestão do orçamento; e melhorar a prestação de serviços centrados nos cidadãos. A nova abordagem exigiu a transição para arquiteturas tecnológicas mais abertas, onde as soluções digitais são vistas como parte de um ecossistema alargado de infraestruturas, dados e serviços digitais partilhados. A nível internacional, são os países de rendimentos mais baixos quem mais beneficiará com este paradigma digital emergente.

Alguns dos destaques do trabalho recente em matéria de GFP incluem: (i) utilização inovadora do *crowdsourcing* para soluções de assinatura digital para autenticação de transações e documentos nos SIGFE (*Hackaton* de GFP, Lesoto); (ii) avaliação do ponto da situação atual e exploração de oportunidades para acelerar a implementação da digitalização através da nova ferramenta do FMI (Lesoto, Namíbia e Seicheles); (iii) reforço dos controlos internos nos SIGFE (Lesoto e Zimbabué); (iv) digitalização dos fluxos de trabalho específicos da GFP – processos orçamentais (Namíbia), GIP (Essuatíni); e (v) assistência ao

desenvolvimento de requisitos de especificações do sistema para um novo SIGFE (Seicheles). Além disso, realizaram-se *workshops* regionais sobre temas como a governação de dados orçamentais e a integração da gestão do risco e a conformidade em soluções digitais. Estas iniciativas, quando estiverem totalmente implementadas, não só irão digitalizar as finanças públicas, como também irão contribuir significativamente para a digitalização dos serviços públicos.

Os trabalhos com as administrações tributárias continuam a desenvolver-se com o objetivo de agilizar procedimentos e processos, melhorar a prestação de serviços e incrementar a mobilização das receitas. Os recentes serviços de Desenvolvimento de Capacidades e os respetivos resultados e impactos incluem assistência às Comores na aplicação de um processo de seletividade baseado no risco, que inclui desalfandegamento rápido (via verde) para declarações de baixo risco, o que resultou num aumento de 0,2% para 32,9% de declarações elegíveis para desalfandegamento rápido. Os controlos físicos também desceram de 95% para apenas 33% das remessas. Madagáscar reviu os critérios de seletividade e os perfis de risco, o que conduziu a um aumento das identificações na via vermelha de 6,5%

para 28%, gerando mais 1,5 milhões de dólares dos Estados Unidos de receitas. No âmbito de uma estratégia de digitalização mais alargada, o AFS prestou assistência à Namíbia no processo de documentação e elaboração de procedimentos operacionais normalizados para o processo de desalfandegamento de mercadorias.

A reunião do Comité de Pilotagem de junho de 2024 constituiu uma oportunidade para os países membros partilharem experiências neste domínio e compreenderem a abordagem do FMI destinada a ajudar os seus membros a tirarem partido das soluções digitais para concretizarem objetivos nacionais mais latos. Os participantes na reunião tomaram conhecimento da abordagem do FMI para apoiar as iniciativas de digitalização das instituições orçamentais e os potenciais benefícios. A reunião foi uma oportunidade para os membros do Comité de Pilotagem do AFS aprenderem com as experiências de alguns países membros. Os representantes do Lesoto, da Zâmbia e de Madagáscar partilharam ilações retiradas das suas iniciativas de digitalização, ao mesmo tempo que referiram os desafios enfrentados, nomeadamente em termos de Desenvolvimento de Capacidades e gestão de recursos humanos, riscos de cibersegurança e quadros jurídicos.

AFRITAC South Steering Committee Meeting
Panel Discussion

PRIORITIZING DIGITALIZATION

Moderator	Panelist	Panelist	Panelist	Panelist	Panelist
 Moulay Abderrahmane El Omari PFM Advisor, AFS	 Michelle Stone Deputy Division Chief Fiscal Affairs Department, IMF	 Lorena Rivero del Paso Public Financial Management Advisor Fiscal Affairs Department, IMF	 Malehlohono Mahase Accountant General Ministry of Finance, Lesotho	 Shilambwe Mwaanga Assistant Director, Economic Management Department, Ministry of Finance, Zambia	 Patrick Nalvoharinjaka Razafimandimby Director of Training and Coordination of Reforms, Ministry of Finance, Madagascar

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO PARA O EF2025

Em colaboração com o MCM, o AFS apoiará os países membros tendo em vista a redução das vulnerabilidades da dívida e o reforço da resiliência e inclusão no setor financeiro. Os serviços de Desenvolvimento de Capacidades destinados aos bancos centrais e às entidades reguladoras centrar-se-ão na gestão da dívida. A Assistência técnica sobre regulamentação e supervisão bancárias dará prioridade aos regulamentos sobre cibersegurança e à gestão do risco; ao governo societário; a Basileia II/III com enfoque no processo interno de avaliação da adequação dos fundos próprios; às melhorias do quadro da SBR; e às normas internacionais de relato financeiro (IFRS 9). A Assistência técnica sobre infraestruturas do mercado financeiro focar-se-á na melhoria das IMF e práticas de supervisão; criptoativos; moedas digitais dos bancos centrais; e quadros jurídicos e regulamentares do SNP. A Assistência técnica sobre as operações e a implementação da política monetária centrar-se-á na modernização das operações de política monetária; na adoção de boas práticas em matéria de elaboração de previsões e análise de políticas; no desenvolvimento do mercado cambial; no desenvolvimento do mercado de operações monetárias e de recompra; na comunicação da política monetária; e na cedência de liquidez de emergência. O aumento dos recursos para apoiar as estratégias de cibersegurança dos países membros continua a ser fundamental para reforçar a resiliência cibernética.

PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS PARA O EF2025

O programa de estatísticas inclui, sobretudo, atividades de Desenvolvimento de Capacidades destinadas a melhorar as ESR, as EFP e as EDSP em termos de cobertura,

periodicidade e tempestividade.

O STA continuará a complementar o apoio prestado aos membros do AFS em determinados projetos de Desenvolvimento de Capacidades com financiamento da D4D e IMF01 para suprir as lacunas. Com cerca de 33 atividades de Desenvolvimento de Capacidades, o programa de estatísticas do AFS continua a ser o terceiro maior programa, só atrás dos fluxos de trabalho do setor orçamental e do setor monetário e financeiro. Em termos de ESR, continuará a ser dada prioridade ao desenvolvimento e à melhoria das contas nacionais anuais e trimestrais e às estatísticas dos preços baseadas em metodologias estatísticas e práticas de compilação aceites. As atividades de Desenvolvimento de Capacidades em termos de EFP e EDSP serão compostas, em grande medida, por uma combinação de missões de Assistência técnica de diagnóstico e mistas e formações destinadas aos países membros. O objetivo será cimentar os progressos registados e aproveitar o recente trabalho de Desenvolvimento de Capacidades realizado fora do AFS. Estas atividades contribuirão para melhorar ainda mais o relato orçamental, a gestão e a elaboração de previsões da dívida, a análise e a formulação de políticas, assim como o trabalho de supervisão do FMI com os países do AFS. O fundo temático da D4D ajudará os países membros a melhorar as contas nacionais (Angola, Moçambique), as estatísticas dos preços (Namíbia, Zâmbia) e as EFP/EDSP (Angola, Comores, Moçambique, Zimbabué).

CURSOS CONDUZIDOS PELO ICD NO EF2025

O Centro continuará a alargar a formação de maneira a incluir aspetos climáticos para apoiar a transição ecológica, incidindo também nas questões de género para melhorar a inclusão e o empoderamento feminino. O plano de Desenvolvimento

de Capacidades proposto para o EF2025 prevê dois cursos conduzidos pelo ICD sobre estes temas. Será ministrado um curso sobre **“Modelação dos Riscos e Políticas Climáticas”** em colaboração com o FAD, o RES, o ATI e o Banco da Reserva Sul Africana a fim de aumentar os conhecimentos sobre as análises e ferramentas do FMI em matéria de alterações climáticas. O curso centrar-se-á nos seguintes temas: (i) riscos climáticos e o setor financeiro; (ii) políticas de mitigação, com ênfase na fixação do preço do carbono utilizando a ferramenta de avaliação das políticas climáticas (CPAT); e (iii) considerações para a execução de políticas de adaptação utilizando o modelo dívida-investimento-crescimento e catástrofes naturais (DIGNAD). Está previsto um segundo curso sobre **“Desigualdade de Género e Macroeconomia”** em colaboração com o ATI, destinado aos funcionários responsáveis pela conceção e execução de políticas sensíveis ao género. Conduzido pelo ICD/ATI, este curso destaca as implicações macroeconómicas da desigualdade de género e fornece uma visão geral das medidas de política para contribuir para a capacitação das mulheres. As sessões incluirão discussões sobre tendências em termos de desigualdade de género ao longo do tempo e entre países; a importância de suprir as desigualdades de género para o crescimento inclusivo e sustentável; e as opções de políticas nos domínios do orçamento, trabalho, financeiro e jurídico para endereçar as desigualdades de género.

TRABALHO SOBRE MATÉRIAS JURÍDICAS CONDUZIDO PELO LEG PARA O EF2025

O apoio do AFS em matéria de legislação financeira e orçamental continua limitado a determinados países devido à ausência de peritos residentes. Os projetos apoiados pelo LEG e financiados pelo AFS no EF2025

CAIXA 18. PROJETOS DE GESTÃO DA DÍVIDA FINANCIADAS PELA IDCCC NA REGIÃO DO AFS

Atualmente, o financiamento da IDCCC dá apoio a 21 países na região da África oriental e austral tendo em vista a melhoria da gestão da dívida.

Este apoio incide principalmente nos quadros jurídicos e nos mecanismos institucionais, na formulação e aplicação de uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo, no desenvolvimento de mercados de títulos de dívida pública, assim como no registo, na comunicação e na monitorização da dívida. O reforço da gestão da dívida continua a ser de suma importância para os países membros tendo em conta as elevadas vulnerabilidades da dívida e as lacunas existentes em

termos de capacidades para uma melhor gestão da dívida. Os serviços de Desenvolvimento de Capacidades no EF2025 continuarão a centrar-se: no reforço das capacidades tendo em vista a formulação e implementação de estratégias de endividamento a médio prazo; na melhoria das práticas de registo, relato e monitorização da dívida; no apoio ao desenvolvimento de mercados da dívida interna; e na melhoria dos mecanismos institucionais e operacionais para a gestão da dívida.

Entre os membros do AFS, a IDCCC financiará esforços para: melhorar as práticas de registo, monitorização e

relato da dívida pública (Zimbabué); reforçar a capacidade de realização de análises de sustentabilidade da dívida (Essuatíni, Zâmbia, Moçambique); formular estratégias de endividamento e planos de endividamento anuais (Essuatíni e Madagáscar); e desenvolver mercados secundários para títulos de dívida pública (Seicheles), além de *workshops* regionais para vários países sobre temas como o desenvolvimento de mercados obrigacionistas em moeda local, operações de gestão de passivos e planos anuais de endividamento.

incluem a finalização do projeto de lei do imposto sobre o rendimento e o IVA (Botsuana), a revisão das alterações à lei bancária (Maurícia) e o apoio à revisão da lei relativa à resolução bancária (Comores). O apoio direto

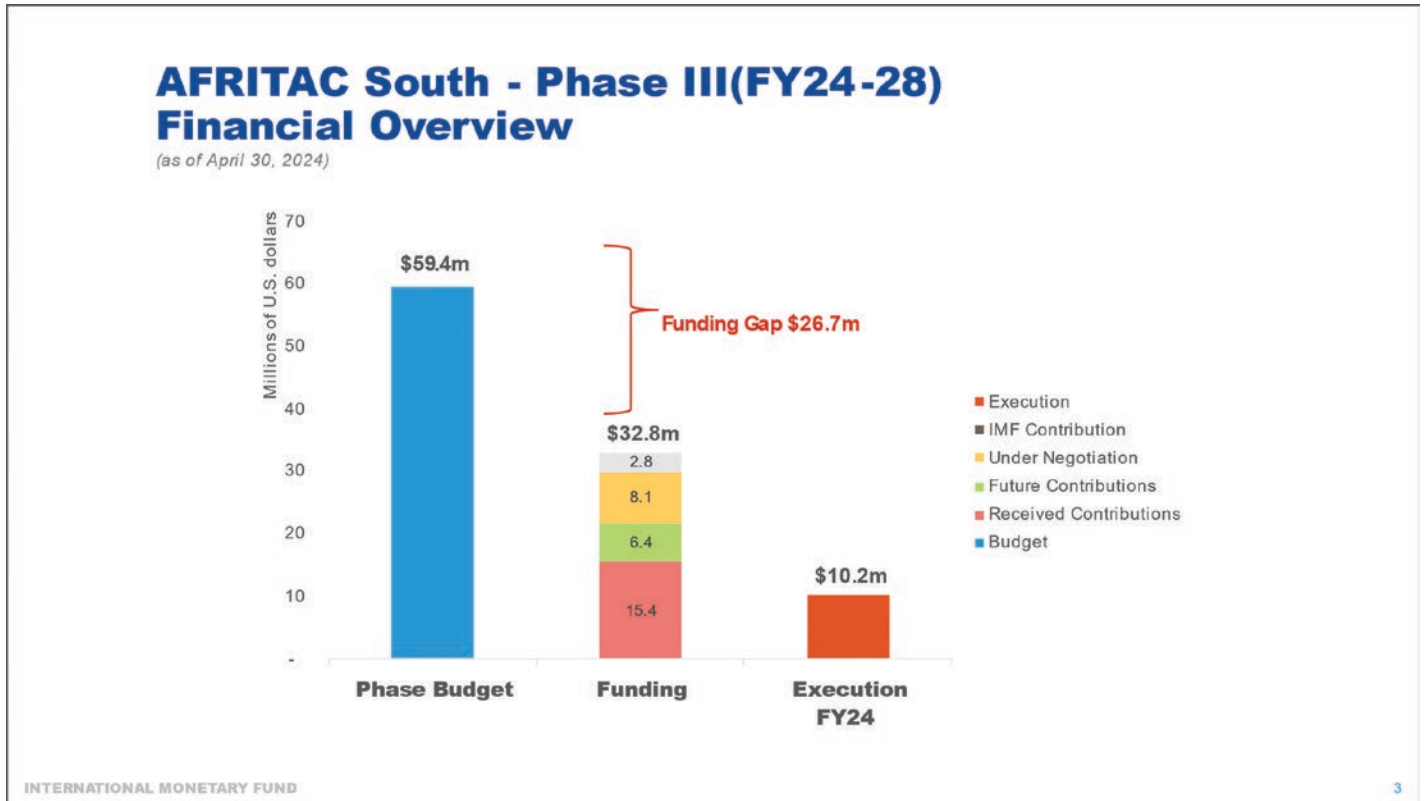
do LEG continuará a complementar as atividades de Desenvolvimento de Capacidades do AFS na região nos domínios da legislação financeira e orçamental. Os veículos não AFS (LEG-GAC, Fundo Temático CBC/FT)

continuarão a prestar apoio à região em domínios específicos - principalmente sobre CBC/FT (Angola, Botsuana, Namíbia e Zimbabué) - e no âmbito de formações regionais.

SECTION V

FINANCIAMENTO
E ORÇAMENTO DO
AFRITAC SUL

FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO DO AFRITAC SUL



O AFS saúda os compromissos assumidos pelos países membros e parceiros para o desenvolvimento para financiarem o programa da Fase III, num valor estimado de 56,6 milhões de dólares dos Estados Unidos em financiamento externo.

No final de abril de 2024, a Maurícia (o país anfitrião) e nove países membros tinham prometido disponibilizar um total de 8,8 milhões de dólares dos Estados Unidos. A Maurícia e o Reino do Lesoto (anterior presidente) tinham duplicado a sua contribuição para 4,0 milhões de dólares dos Estados Unidos e 1,0 milhões de

dólares dos Estados Unidos, respetivamente. O AFS congratula-se igualmente com a contribuição do Instituto de Estatística da África do Sul que complementa o financiamento concedido pelo Tesouro Nacional da África do Sul. Estes compromissos iniciais demonstram a forte adesão dos membros do AFS às prioridades de Desenvolvimento de Capacidades identificadas na região e ajudarão a garantir a sustentabilidade das operações do AFS.

Recentemente, o FMI colocou em destaque as mudanças no panorama do financiamento das atividades de Desenvolvimento de Capacidades,

nomeadamente a redução das contribuições de alguns dos maiores parceiros de desenvolvimento tradicionais e a possível entrada de novos parceiros dispostos a apoiar as atividades de Desenvolvimento de Capacidades realizadas pelos CRDC.

No final de abril de 2024, os compromissos totais de cinco parceiros de desenvolvimento, incluindo os que se encontram em finalização, ascendiam a 21,1 milhões de dólares dos Estados Unidos (UE, Alemanha, China, Suíça e Reino Unido), o que representa menos de metade do montante previsto para o orçamento do programa da Fase III.

QUADRO 1. FINANCIAMENTO DO AFS (EM MILHÕES DE USD, À DATA DE 30 DE ABRIL DE 2024)

Agreement/Amendment Information			Contribution Received	Contribution Expected	
Partners/Members	Signed Date ^{1/}	Amount		Requested	Future Contributions ^{2/}
Partners		13.0	13.0	-	-
European Commission	5/22/2023	9.1	9.1	-	-
Germany	12/22/2022	1.1	1.1	-	-
Switzerland	11/14/2022	2.1	2.1	-	-
United Kingdom	3/19/2024	0.6	0.6	-	-
Members		4.8	0.9	1.3	2.7
Botswana	3/28/2023	0.5	-	0.2	0.3
Eswatini	8/17/2023	0.5	0.1	0.1	0.3
Lesotho	4/16/2024	1.0	-	0.4	0.6
Madagascar	10/5/2023	0.5	-	0.3	0.3
Mozambique	2/13/2024	0.5	0.2	-	0.3
Namibia	8/8/2023	0.5	0.3	-	0.3
Seychelles	8/29/2023	0.5	0.2	-	0.3
South Africa	9/21/2023	0.3	0.1	-	0.2
South Africa	11/27/2023	0.1	-	0.1	-
Zimbabwe	2/6/2024	0.5	-	0.3	0.3
Partners and Members		17.8	13.8	1.3	2.7
Under Negotiation					
China		2.5			
European Commission		5.6			
Under Negotiation Total		8.1			
Host Country					
Cash		4.0	1.6	-	2.4
In-Kind		-			
IMF		2.8			
Host Country and IMF		6.8			
Grand Total		32.8	15.4	1.3	5.1
Program Document Budget		59.4			
		26.7			

1/ Pode também referir-se a acordos que estão em vias de negociação e à data de aprovação de acordos de Parcerias de Desenvolvimento de Capacidades (como acordos flexíveis/acordos-quadro).

2/ A contribuição futura é indicada como zero caso as parcelas já tenham sido recebidas.

Tendo em conta que o financiamento estimado do IMF01 se situa em 2,8 milhões de dólares dos Estados Unidos para complementar o orçamento do programa do AFS, o défice de financiamento do Centro era de cerca de 27 milhões de dólares dos Estados Unidos no final de abril de 2024. De acordo com as projeções atuais, o Centro prevê que existam constrangimentos de liquidez já no EF2026, caso não se verifique um aumento dos compromissos dos parceiros de desenvolvimento tradicionais e/ou não se obtenham acordos com novos parceiros. Poderá ser necessário rever em baixa o programa para o EF2025

em meados do ano, se as perspectivas não melhorarem. A presença no terreno através dos centros regionais tornou-se fundamental para o modelo de Desenvolvimento de Capacidades do FMI, na medida em que contribui para o aumento da eficácia das atividades de Desenvolvimento de Capacidades e promove contactos estreitos e constantes entre os peritos e as autoridades. O AFS continuará a trabalhar em estreita parceria com o ICDGP no âmbito dos esforços de angariação de fundos e, em coordenação com os departamentos de Desenvolvimento de Capacidades, procurará encontrar vias para aumentar

o financiamento de outros veículos do FMI (a nova GPF, D4D, CBC/FT) para atender, parcialmente, à crescente procura de serviços de Desenvolvimento de Capacidades na região, em especial nos domínios da GFP, administração tributária, estatísticas, CBC/FT, governação e combate à corrupção. O Centro também acompanhará de perto a execução do plano de Desenvolvimento de Capacidades para o EF2025 a fim de avaliar a necessidade de efetuar quaisquer ajustamentos em função da situação da liquidez, na reunião intercalar.

QUADRO 2. DESPESAS DO EF2024 E ESTIMATIVAS DO ORÇAMENTO PARA O EF2025 (EM MILHARES DE DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS)

Project	Phase Summary			FY2024			FY2025
	Program Budget	Working Budget	Expenses	Working Budget	Expenses	Execution (%)	Working Budget
Public Financial Management	11,902	11,902	2,369	2,287	2,369	104%	2,330
Customs Administration	5,590	5,590	1,102	1,074	1,102	103%	965
Tax Administration	5,418	5,418	935	1,041	935	90%	955
Banking Supervision and Regulation	4,682	4,682	981	900	981	109%	930
Monetary Policy Operations	5,664	5,664	1,064	1,088	1,064	98%	1,000
Financial Market Infrastructures	3,125	3,125	684	601	684	114%	750
Real Sector Statistics	6,010	6,010	979	953	979	103%	750
Financial and Fiscal Law	1,665	1,665	81	300	81	27%	165
Admin Project	2,264	2,264	493	745	493	66%	575
Debt Management	1,683	1,683	-	-	-	-	-
Training project	1,545	1,545	333	701	333	48%	300
Government Finance Statistics	250	250	81	250	81	32%	650
Governance and Evaluation	402	402	-	77	-	-	-
Strategic Budget Reserve	2,719	2,719	-	200	-	-	200
Sub Total	52,920	52,920	9,102	10,217	9,102	89%	9,570
Trust Fund Management	3,704	3,704	637	715	637	-	670
Total	56,624	56,624	9,739	10,932	9,739	89%	10,240
IMF Expenses	2,813	2,813	500	482	500	104%	465
Total	59,437	59,437	10,239	11,414	10,239	90%	10,704

SECTION VI

RISCOS E MITIGAÇÃO

RISCOS E MITIGAÇÃO

Embora o plano de Desenvolvimento de Capacidades para o EF2025 se baseie nos projetos de Desenvolvimento de Capacidades em curso e nas prioridades dos países membros, há vários fatores de risco que poderão afetar a boa prestação de serviços de Desenvolvimento de Capacidades este ano. Com diversas eleições marcadas em países do AFS, a execução do plano para o EF2025 poderá ser afetada pelos preparativos para as eleições, bem como por eventuais alterações governamentais que influenciem as prioridades, os mecanismos institucionais e os quadros superiores da função pública. Além disso, as alterações nas condições económicas mundiais ou regionais, os fenómenos climáticos e outros choques poderão modificar as necessidades de Desenvolvimento de Capacidades dos países membros. Em anos recentes, os países que se depararam com tais choques procederam a uma revisão considerável das suas necessidades em termos de Desenvolvimento de Capacidades a fim de atender a

prioridades mais urgentes. Um fator principal que influencia as alterações na procura de Desenvolvimento de Capacidades prende-se com a capacidade de absorção dos países membros, que pode ser afetada pela baixa ou inadequada capacidade do pessoal, pela rotatividade do pessoal e pelo envolvimento da gestão de topo.

O AFS, em colaboração com as equipas de país do AFS, os Departamentos de Desenvolvimento de Capacidades do FMI e os representantes residentes/assessores do FMI na região, continuará a acompanhar de perto estes fatores de risco a fim de assegurar a boa execução do plano e realizar ajustamentos oportunos em função das necessidades de Desenvolvimento de Capacidades, à medida que forem surgindo. A flexibilidade para reafetar recursos entre fluxos de trabalho e países, assim como a apropriação da reserva orçamental estratégica/de contingência, oferece alguma capacidade para acomodar mudanças nas

prioridades de Desenvolvimento de Capacidades dos países membros. O Centro também estará preparado para ajustar os calendários das missões a fim de garantir o cumprimento das prioridades, se bem que as alterações num dado país poderão afetar a disponibilidade de recursos noutro país. A reunião intercalar do Comité de Pilotagem prevista para dezembro de 2024 constituirá mais uma oportunidade para rever este plano de trabalho anual à luz dos desenvolvimentos em curso. O AFS continuará a trabalhar em articulação com os parceiros e as equipas de missão do AFR ao mais alto nível a fim de identificar as necessidades emergentes e comunicar a implementação e o desempenho do programa. As medidas específicas incluirão interações mais frequentes com os membros do Comité de Pilotagem sobre a conceção e a monitorização do programa, assim como uma comunicação mais direcionada para os resultados.

ANEXOS

ANEXO I.

Execução do plano de DC para o EF2024

País	Tema	EF24 (planeado)	EF24 revisto	EF24 executado	Modalidade de DC
Supervisão e regulamentação bancárias					
Botsuana	Reforma do Regulamento relativo ao risco de liquidez - Avaliação da proposta de regulamento relativo ao LCR e ao NSFR	1	1	1	LA
	Reforma do Regulamento relativo ao risco de liquidez - Finalização da reforma		1	1	LA
	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeção no local (I)	1	1	1	NT
	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeção no local (II)		1	1	NT
Comores	Implementação das reformas de Basileia II/III - Reforma do regulamento e das orientações	1	1	1	NT
	Implementação das reformas de Basileia II/III - Reforma do regulamento e das orientações	1	1	1	LA
	Implementação das reformas de Basileia II/III - Reforma do regulamento e das orientações			1	LA
Essuatíni	Inspeção da cibersegurança no local - Destacamento com o Banco da Namíbia		1	1	PR
	Quadro de emissão de licenças - Orientação para a avaliação		1	1	LA
Lesoto	Melhoria do quadro de SBR - Inspeção no local	1	1	1	NT
	Melhoria do quadro de SBR - Planeamento de intervenção/recuperação precoce	1	1	1	LA
	Destacamento profissional com o Banco da Namíbia - Cibersegurança		1	1	PR
	Destacamento profissional com o Banco da Namíbia - Cibersegurança		1	1	PR
Madagáscar	Reformas de Basileia II/III - Desenvolvimento do regulamento	1	1	1	NT
	Reformas de Basileia II/III - Desenvolvimento do regulamento	1	1		
Moçambique	Supervisão prudencial - Introdução - Formação	1	1	1	NT
	Supervisão prudencial - Intermédio - Formação	1	1	1	NT
	Inspeção no local - Cibersegurança (II)	1			
Namíbia	Avaliação do regulamento relativo aos riscos de cibersegurança	1	1	1	LA
	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeção no local (I)	1	1	1	NT
	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeção no local (II)	1	1	1	NT
	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeção no local (III)			1	NT
	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco	1			
Regional	Trabalhar com os Princípios Fundamentais de Basileia	1	1	1	PR
	Supervisão do risco de liquidez, risco de taxa de juro na carteira bancária e risco climático	1	1		
	Princípios Fundamentais de Basileia para uma supervisão bancária eficaz		1	1	VIRTUAL
	Princípios Fundamentais de Basileia para uma supervisão bancária eficaz			1	VIRTUAL
	Princípios Fundamentais de Basileia para uma supervisão bancária eficaz			1	VIRTUAL

País	Tema	EF24 (planeado)	EF24 revisto	EF24 executado	Modalidade de DC
Seicheles	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - Notação de risco e planeamento de ações de supervisão	1	1	1	NT
	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - Supervisão à distância	1			
Zâmbia	Implementação das reformas de Basileia II/III - Reforma do LCR e do NSFR	1	1	1	LA
	Implementação das reformas de Basileia II/III - Reforma do LCR e do NSFR	1	1	1	LA
Zimbabué	Supervisão baseada no risco - Análise de risco/ modelo de negócio - Formação	1	1	1	NT
	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeção no local (II)	1			
Administração aduaneira					
Angola	Gestão de projetos	1	1	1	NT
Comores	Gestão do risco	1	1	1	NT
	Legislação	1	1	1	NT
	Procedimentos relativos aos impostos especiais de consumo	1	1	1	NT
Essuatíni	Imposto especial de consumo	1	1	1	NT
	Combate ao contrabando - Fase I		1	1	NT
	Combate ao contrabando - Fase II		1	1	NT
	Combate ao contrabando - Fase III		1	1	NT
Lesoto	Gestão coordenada das fronteiras	1	1		
	Imposto especial de consumo	1			
Madagáscar	Isonções	1	1	1	NT
	Auditoria pós-desalfandegamento	1	1	1	NT
	Gestão de informações e riscos	1	1	1	NT
	Avaliação de projetos	1	1	1	NT
Maurícias	Gestão de partes interessadas/relações com clientes (Fase I)		1	1	HÍBRIDO
	Gestão de partes interessadas/relações com clientes (Fase II)		1	1	VIRTUAL
	Gestão de partes interessadas/relações com clientes (Fase III)		1	1	NT
Moçambique	Diagnóstico aduaneiro	1			
Namíbia	Formação aduaneira inicial (Fase I)	1	1	1	NT
	Procedimentos aduaneiros (Fase III)	1	1	1	NT
	Avaliação aduaneira (Fase I) e gestão do risco	1			
Regional	Zona de Comércio Livre Continental Africana	1	1	1	PR
	Gestão de projetos	1	1		
Seicheles	Auditoria pós-desalfandegamento	1	1	1	NT
Zâmbia	Gestão de informações e riscos	1	1	1	NT
Zimbabué	Auditoria pós-desalfandegamento (Fase III)	1	1	1	NT
	Avaliação aduaneira (Fase III)	1	1	1	NT
	Gestão de informações e riscos	1	1	1	NT

País	Tema	EF24 (planeado)	EF24 revisto	EF24 executado	Modalidade de DC
Legislação fiscal e financeira					
Maurícias	Avaliação da alteração à legislação bancária	1	1		
	Avaliação da alteração à legislação bancária	1	1		
Comores	Legislação aduaneira	1	1	1	VIRTUAL
Botsuana	Regulamentos da legislação fiscal		1	1	NT
Regional	Gestão das carteiras de dívida soberana em condições de mercado adversas (AFS/ATI)	1	1	1	PR
Infraestruturas do mercado financeiro e FinTech					
Angola	Desenvolvimento das infraestruturas do mercado financeiro - Diagnóstico	1	1	1	NT
	Princípios para as infraestruturas do mercado financeiro - Formação	1	1	1	NT
Botsuana	Princípios para as infraestruturas do mercado financeiro - Formação	1	1	1	VIRTUAL
	Supervisão da moeda digital das FinTech	1	1		
Comores	Desenvolvimento de sistemas de pagamentos - Centrais de depósito de títulos	1	1	1	VIRTUAL
Essuatíni	Avaliação da formação sobre princípios para as infraestruturas do mercado financeiro - Centrais de depósito de títulos	1	1		
Lesoto	Avaliação dos regulamentos relativos ao sistema nacional de pagamentos (SNP)	1	1		
	Superintendência do sistema de pagamentos de retalho	1	1	1	NT
Madagáscar	Revisão dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro - Avaliação do sistema de liquidação por bruto em tempo real	1	1	1	VIRTUAL
Maurícias	Superintendência e regulamentação de FinTech	1	1	1	NT
	Revisão dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro	1	1	1	NT
Moçambique	Programa de destacamentos profissionais	1			
Namíbia	Resiliência cibernética das infraestruturas do mercado financeiro	1			
	FinTech: Orientações sobre a “caixa de areia” regulamentar	1			
	Moedas digitais de bancos centrais		1	1	PR
Regional	Políticas eficazes para criptoativos	1	1	1	PR
	Risco potencial das criptomoedas estáveis	1	1		
	Moedas digitais de bancos centrais	1	1	1	PR
	Princípios para as infraestruturas do mercado financeiro: Criar uma perspetiva de risco	1	1	1	HÍBRIDO
	Modernização da infraestrutura dos sistemas de pagamentos	1		1	HÍBRIDO
	Infraestruturas do mercado financeiro - Princípios e práticas (ATI)			1	VIRTUAL
Seicheles	Revisão das responsabilidades dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro	1	1	1	NT
	Revisão das avaliações dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro	1			
África do Sul	Criptomoedas estáveis para pagamentos digitais - Webinários	1	1	1	NT
	Supervisão dos participantes na mudança nacional dos pagamentos	1			
	Workshop Bootcamp sobre criptoativos e criptomoedas estáveis para autoridades reguladoras da África Subsariana		1	1	PR

País	Tema	EF24 (planeado)	EF24 revisto	EF24 executado	Modalidade de DC
Zâmbia	Avaliação da Lei da mudança nacional dos pagamentos	1			
	Quadros de política de supervisão - Formação		1		
	Formação e fortalecimento das capacidades sobre princípios para as infraestruturas do mercado financeiro			1	NT
Zimbabué	Superintendência e regulamentação de FinTech	1	1		
Estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público					
Comores	Diagnóstico		1		
Madagáscar	Diagnóstico		1		
Seicheles	Diagnóstico		1	1	NT
Cursos ministrados pelo ICD					
Regional	Análise da política monetária e orçamental com modelos dinâmicos estocásticos de equilíbrio geral	1	1	1	PR
	Supervisão do setor financeiro	1	1	1	PR
	Macroeconomia das alterações climáticas	1	1	1	VIRTUAL
	Alterações climáticas e políticas macrofinanceiras (AFS/ATI)	1	1	1	PR
Operações dos mercados monetário e cambial					
Angola	Quadro de cedência de liquidez de emergência	1			
	Sistema de previsão e análise de políticas	1	1		
	Operações e implementação da política monetária	1	1	1	NT
Botsuana	Cedência de liquidez de emergência	1	1		
	Sistema de previsão e análise de políticas	1	1		
Comores	Operações e implementação da política monetária	1	1	1	NT
Essuatíni	Previsão e gestão de liquidez	1	1	1	NT
	Cedência de liquidez de emergência	1	1	1	NT
Lesoto	Operações e implementação da política monetária	1			
Madagáscar	Sistema de previsão e análise de políticas	1			
	Operações cambiais e implementação da política cambial	1	1	1	VIRTUAL
	Operações e implementação da política monetária - Destacamentos profissionais	1	1	1	PR
Maurícias	Destacamentos profissionais - Operações e implementação da política monetária	1	1		
	Operações e implementação da política monetária	1	1		
Moçambique	Operações e implementação da política monetária/previsões de liquidez	1	1	1	NT
	Operações e implementação da política monetária	1	1	1	NT
	Operações cambiais e implementação da política cambial	1			
Namíbia	Cedência de liquidez de emergência	1	1	1	NT
Regional	Cedência de liquidez de emergência/gestão de garantias	1	1	1	VIRTUAL
	Operações e intervenções cambiais	1	1	1	HÍBRIDO
	Previsão e gestão de liquidez	1			
	Processos do sistema de previsão e análise de políticas	1	1	1	HÍBRIDO
	Operações e implementação da política monetária		1		

País	Tema	EF24 (planeado)	EF24 revisto	EF24 executado	Modalidade de DC
Seicheles	Operações e implementação da política monetária/mercado de recompra	1	1	1	NT
	Direção do Conselho de Administração do Banco Central das Seicheles -Workshop			1	HÍBRIDO
Zâmbia	Sistema de previsão e análise de políticas	1	1	1	NT
Gestão das finanças públicas					
Angola	Orçamentação por programas		1		
	Quadro de despesas a médio prazo	1	1		
	Gestão de tesouraria - Formação sobre a ferramenta de fluxos de tesouraria	1			
	Prevenção de atrasados e gestão de tesouraria	1	1		
	Gestão do investimento público	1	1		
Botsuana	Gestão dos riscos orçamentais/balanço da gestão de riscos orçamentais	1	1		
	Avaliação e seleção de projetos - Acompanhamento do PIMA	1	1	1	NT
Comores	Lei orgânica das finanças do Estado	1	1		
	Organização e procedimento manual	1	1	1	NT
	Organização e procedimento manual	1			
	Conta Única do Tesouro/CUT	1		1	HÍBRIDO
	Missão de avaliação de RGCP			1	LA
	Apoio ao gabinete de auditoria		1		
Essuatíni	Risco orçamental - Formação sobre EP - Ferramenta de verificação da situação das EP	1			
	Quadro orçamental de médio prazo	1	1	1	NT
	Gestão dos riscos orçamentais	1			
	Elaboração das orientações sobre gestão do investimento público	1	1	1	HÍBRIDO
	Avaliação e seleção de projetos - Formação		1	1	NT
Lesoto	Destacamentos profissionais - EP		1		
	SIGFE e controlos internos		1	1	NT
	Quadro orçamental de médio prazo	1	1	1	NT
	Regulamentos sobre gestão das finanças públicas	1	1		
	Declaração de risco orçamental	1	1	1	NT
	Avaliação do risco orçamental das EP	1	1	1	NT
	Relatórios financeiros	1			
Madagáscar	Gestão de tesouraria e Conta Única do Tesouro	1		1	NT
	Acompanhamento da gestão dos riscos orçamentais	1	1	1	HÍBRIDO
	Contabilidade em regime de acréscimo	1	1		
	Gestão de ativos	1	1	1	NT
	Diagnóstico da cadeia de despesas		1	1	HÍBRIDO
Maurícias	Workshop sobre gestão do investimento público	1			
	Manual/kit de GFP	1	1	1	NT
Moçambique	Quadro orçamental de médio prazo	1	1	1	NT
	Reformas do Tesouro	1	1	1	HÍBRIDO

País	Tema	EF24 (planeado)	EF24 revisto	EF24 executado	Modalidade de DC
Namíbia	Reorganização do Ministério das Finanças (liderada pela sede)		1	1	NT
	Comunicação e gestão de riscos orçamentais	1	1	1	NT
	Participação de um perito em missão de longo prazo do AFS na Conferência sobre EP		1	1	VIRTUAL
	PIMA/(C-PIMA)	1	1		
	Acompanhamento da digitalização	1	1		
Regional	Integrar a gestão de riscos e a conformidade nas soluções digitais de GFP	1	1		
	Unidades macro-orçamentais		1	1	PR
	Riscos orçamentais (países lusófonos e francófonos)	1	1	1	PR
	Gestão dos riscos orçamentais	1	1	1	PR
	Governança de dados orçamentais	1	1	1	PR
	C-PIMA e orçamentação verde			1	VIRTUAL
	Workshop sobre alterações climáticas			1	VIRTUAL
Seychelles	Workshop sobre governança de países anglófonos de África			1	PR
	Previsões de tesouraria - Formação	1	1	1	NT
	Riscos orçamentais	1		1	VIRTUAL
	Quadro macro-orçamental/cenário orçamental de médio prazo	1	1	1	NT
	Elaboração da política de GIP			1	VIRTUAL
África do Sul	Apoio às reformas do FMI em matéria de resiliência e sustentabilidade (lideradas pela sede)			1	NT
	Avaliação da transparência orçamental	1	1	1	NT
	Apoio à gestão de riscos orçamentais das EP	1	1	1	NT
Zâmbia	Apoio à gestão de riscos orçamentais das EP (acompanhamento)		1		
	Relatórios financeiros		1		
	Gestão e previsão de tesouraria (acompanhamento)	1	1	1	NT
	Quadro orçamental de médio prazo	1		1	NT
Zimbabué	Gestão de riscos orçamentais	1	1	1	NT
	Macro-orçamental	1	1	1	NT
	Macro-orçamental	1	1		
	Apoio à gestão de riscos orçamentais das EP	1			
	Execução orçamental e controlo interno		1	1	NT
	Relatórios financeiros	1	1		
Estatísticas do setor real					
Angola	Rebaseamento das contas nacionais	1			
	Atualização do índice de preços no consumidor	1	1		
Botsuana	Atualização/desenvolvimento do índice de preços no produtor	1	1	1	NT
	Rebaseamento das contas nacionais anuais	1	1	1	NT
Comores	Rebaseamento das contas nacionais	1	1	1	NT
	Rebaseamento das contas nacionais	1	1	1	NT
	Atualização do índice de preços no consumidor	1	1		NT
	Rebaseamento das contas nacionais			1	NT

País	Tema	EF24 (planeado)	EF24 revisto	EF24 executado	Modalidade de DC
Essuatíni	Desenvolver/atualizar o índice de preços no produtor	1	1	1	NT
	Rebaseamento das contas nacionais	1	1	1	VIRTUAL
Lesoto	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das CNT	1	1	1	NT
	Desenvolvimento do índice de preços no produtor	1	1	1	NT
Madagáscar	Rebaseamento/atualização do índice de preços no consumidor	1	1	1	NT
	Rebaseamento das contas nacionais	1	1	1	VIRTUAL
Maurícias	Setor informal	1	1	1	NT
	Desenvolver/atualizar o índice de preços no produtor	1			
Moçambique	Setor informal	1	1	1	NT
	Atualização do índice de preços no consumidor	1	1	1	NT
Namíbia	Rebaseamento das contas nacionais anuais	1	1	1	NT
	Rebaseamento das contas nacionais anuais	1			
Seicheles	Rebaseamento das contas nacionais anuais	1	1	1	NT
	Desenvolvimento do produto interno bruto trimestral	1	1	1	NT
África do Sul	Atualização do índice de preços no consumidor	1	1	1	NT
	Desenvolvimento do índice de preços de imóveis residenciais	1	1	1	NT
Zâmbia	Rebaseamento das contas nacionais	1	1	1	NT
	Atualização do índice de preços no consumidor	1			
Zimbabué	Desenvolvimento das contas nacionais trimestrais	1	1	1	NT
	Desenvolvimento do índice de preços no produtor	1	1		
	Desenvolvimento das contas nacionais trimestrais	1	1	1	NT
Administração tributária					
Angola	Auditoria	1	1	1	NT
Botsuana	Estratégia do serviço a clientes	1	1	1	NT
Comores	Estrutura da Unidade de Grandes e Médios Contribuintes	1	1	1	VIRTUAL
	Acompanhamento da Estrutura da Unidade de Grandes e Médios Contribuintes		1	1	NT
	Acompanhamento da reorganização da administração tributária			1	NT
	Finalização do projeto de decretos			1	VIRTUAL
	Reforma pós-Ferramenta de Avaliação e Diagnóstico da Administração Tributária (TADAT)	1	1		
	Gestão do cumprimento - Cadastro fiscal	1	1		
Essuatíni	Auditoria	1	1	1	NT
Lesoto	Pós-TADAT 1	1	1	1	NT
Madagáscar	Reforma pós-TADAT	1	1		
	Reforma pós-TADAT 2	1	1		
Moçambique	Avaliação do plano estratégico		1	1	NT
	Governança da gestão estratégica		1	1	NT

País	Tema	EF24 (planeado)	EF24 revisto	EF24 executado	Modalidade de DC
Namíbia	Auditoria	1	1	1	NT
	Aconselhamento executivo			1	NT
	Aconselhamento executivo			1	NT
	Avaliação do processo empresarial	1	1	1	NT
	TADAT liderada pela sede	1			
Regional	Inquérito internacional sobre a administração da receita	1	1	1	PR
	Avaliação da TADAT da região de África			1	PR
Seicheles	Gestão do risco de cumprimento	1	1	1	NT
	Definição de estratégia liderada pela sede	1	1		
África do Sul	Preços de transferência 1	1	1	1	VIRTUAL
	Preços de transferência 2	1	1	1	NT
Zâmbia	Plano de melhoria do cumprimento com vista ao controlo do imposto sobre o valor acrescentado	1	1	1	NT
	Faturação eletrónica	1			
	Faturação eletrónica	1			
Zimbabué	Auditoria	1	1	1	NT
	Auditoria 2	1	1	1	NT
		199	197	176	

ANEXO II.

Seleção da prestação de DC para o EF2024 por veículos não AFS

País	Tema	EF24 (planeado)	EF24 revisto	EF24 executado	Modalidade de DC
DC sobre gestão da dívida financiado pela CCCDI					
Comores	Processos e técnicas de emissão de títulos de dívida pública	1	1	1	NT
	Desenvolvimento de procedimentos operacionais e regulamentares para a emissão de títulos de dívida pública	1	1	1	NT
	Acompanhamento de processos e procedimentos	1			
Lesoto	Transparência do mercado e gestão de relações com investidores	1	1		
	Desenvolvimento de um quadro para a gestão de garantias de empréstimos	1	1		
	Desenvolvimento de um plano anual de endividamento	1	1		
Moçambique	Desenvolvimento do mercado obrigacionista em moeda local	1	1		
	Processos operacionais/procedimentos de gestão da dívida	1			
Seicheles	Avaliação do quadro jurídico da gestão da dívida	1	1		
	Avaliação do quadro jurídico da gestão da dívida	1		1	NT
	Desenvolvimento do mercado secundário		1		
Regional	Análise de sustentabilidade da dívida para países com acesso aos mercados	1			
	Desenvolvimento do mercado obrigacionista em moeda local (AFS/AFE/MEFMI)	1	1	1	PR
	Fundamentos da comunicação e acompanhamento de dados sobre a dívida (AFS/AFE)	1	1	1	PR
	Gestão da dívida soberana em condições de mercado adversas	1	1	1	PR
	Emissão e negociação de dívida externa	1	1	1	PR
	Estratégia de gestão da dívida e plano anual de endividamento (AFS/AFE)		1	1	PR
LEG-GAC					
Zâmbia	Acompanhamento de diagnóstico	1	1	1	NT
	Quadro jurídico anticorrupção		1	1	HÍBRIDO
Regional	Abordagens jurídica, organizacional e estratégica para enfrentar a corrupção	1			
Fundo temático para o CBC/FT					
Regional	Governança	1	1		
	Ativos virtuais e prestadores de serviços de criptoativos	1	1		
	Financiamento do terrorismo	1	1		
	ESAAMLG		1	1	PR
Botsuana	Ferramentas baseadas no risco		1	1	Virtual
Namíbia	Prioridades pós-avaliação mútua de CBC/FT		1	1	NT
	Acompanhamento das prioridades pós-avaliação mútua de CBC/FT		1	1	NT
Moçambique	Supervisão de CBC/FT		1	1	NT
Data for Decisions (D4D)					
Angola	Rebaseamento das contas nacionais		1	1	NT
Moçambique	Rebaseamento das contas nacionais anuais		1		
Namíbia	Desenvolvimento do índice de preços no produtor		1		
Zâmbia	Atualização do índice de preços no produtor		1	1	NT

Modalidade de DC: LA - local de afetação; NT - no terreno; PR - presencial

ANEXO III.

Plano de DC para o EF2025

País	Tema	Plano para o EF25	Modalidade de DC
Supervisão e regulamentação bancárias			
Angola	Supervisão baseada no risco - Formação	1	NT
	Supervisão de cibersegurança - Formação	1	NT
	Supervisão de cibersegurança - Avaliação orientada 1	1	NT
Botsuana	Programa de avaliação da supervisão - Inspeção no local - Avaliação e formação	1	NT
	Inspeção no local 1	1	NT
Comores	Supervisão baseada no risco - Formação 1	1	NT
	Supervisão baseada no risco - Formação 2	1	NT
Lesoto	Risco de cibersegurança - Inspeção no local orientada 1	1	NT
	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - Plano de recuperação	1	LA
	Melhoria do quadro de supervisão baseado em risco - Notação de risco e plano de ações de supervisão	1	NT
	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - Intervenção precoce	1	LA
Madagáscar	Supervisão baseada no risco 1	1	NT
	Supervisão baseada no risco 2	1	LA
Maurícias	Supervisão baseada no risco - Supervisão de conglomerados	1	NT
Moçambique	Governança - Avaliação do regulamento	1	LA
	Processo de análise de dados prudenciais	1	NT
	Supervisão prudencial - Avançado	1	NT
Namíbia	Quadro de supervisão baseada no risco - Processo de avaliação da autoridade de supervisão	1	NT
	Normas internacionais de relato financeiro (IFRS) do Centro Regional de Formação e Assistência Técnica do Sul da Ásia	1	PR
Seicheles	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - Supervisão à distância	1	LA
	Basileia II/III - Processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP)	1	NT
Zimbabué	Supervisão dos riscos de cibersegurança - Guia de inspeção no local 2	1	NT
	Melhoria do quadro de supervisão baseada no risco - Combate ao branqueamento de capitais (CBC)	1	PR
	Supervisão baseada no risco - Formação	1	NT
Regional	Riscos principais e emergentes, governança e análise do modelo de funcionamento	1	PR
	Regulamentação e supervisão de cibersegurança - Formação 2	1	PR
	Supervisão de governança corporativa	1	PR
Administração aduaneira			
Angola	Avaliação do programa de desenvolvimento de capacidades	1	NT
	Gestão e governança - Gestão de projetos (Fase 4)	1	NT
Comores	Execução e facilitação do comércio - Regulamentação sobre impostos especiais de consumo (Fase 3)	1	NT
	Execução - Exploração da análise de dados espelho	1	NT
	Processo de desalfandegamento - Regimes suspensivos não reconhecidos e remoção direta	1	NT
	Gestão do risco (Fase 5)	1	NT

País	Tema	Plano para o EF25	Modalidade de DC
Essuatíni	Execução - Combate ao contrabando (Fase 4)	1	NT
	Facilitação do comércio - Gestão coordenada das fronteiras (Fase 1)	1	NT
Lesoto	Execução - Desenvolvimento da uma estratégia de combate ao contrabando	1	NT
	Execução - Desenvolvimento da uma estratégia de combate ao contrabando 2	1	NT
Madagáscar	Processo de desalfandegamento e avaliação aduaneira	1	NT
	Procedimento melhorado para a gestão de regimes suspensivos (auditoria)	1	NT
	Controlo da exportação da indústria extrativa	1	NT
	Reforço do planeamento estratégico	1	NT
	Execução - Gestão de risco e informações (Fase 3)	1	NT
Maurícias	Facilitação do comércio - Serviços a clientes e envolvimento das partes interessadas (Fase 4)	1	NT
Moçambique	Gestão coordenada das fronteiras (Fase 1)	1	NT
Namíbia	Procedimentos aduaneiros (Fase 4) + Conferência da OMA	1	NT
Seicheles	Execução - Auditoria pós-desalfandegamento (Fase 3)	1	NT
Regional	Análise de dados/espelho	1	PR
África do Sul	Reforço da avaliação 1	1	NT
	Reforço da avaliação 2	1	NT
Zimbabué	Género - Desenvolvimento de um programa de comerciante de confiança destinado a microempresas 1	1	NT
	Género - Desenvolvimento de um programa de comerciante de confiança destinado a microempresas 2	1	LA
Legislação fiscal e financeira			
Botsuana	Finalização do projeto de legislação em matéria de imposto sobre o rendimento, IVA e administração tributária	1	LA
Comores	Revisão da Lei de resolução	1	NT
Maurícias	Avaliação da alteração à legislação bancária	1	LA
Infraestruturas do mercado financeiro e FinTech			
Angola	Orientação relativa ao quadro de superintendência	1	NT
Botsuana	Estratégia para FinTech e quadro analítico	1	NT
Comores	Superintendência dos prestadores de serviços de pagamentos FinTech	1	LA
Essuatíni	Avaliação dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro - Centrais de depósito de títulos	1	LA
Lesoto	Avaliação dos regulamentos relativos ao sistema nacional de pagamentos (SNP)	1	NT
Madagáscar	Revisão das avaliações dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro	1	LA
Maurícias	Avaliação do quadro de superintendência	1	LA
Namíbia	Superintendência e regulamentação de FinTech	1	NT
	Resiliência cibernética	1	LA
Seicheles	Avaliação dos princípios para as infraestruturas do mercado financeiro	1	LA
Zâmbia	Orientação sobre superintendência e quadro de política de superintendência	1	NT
Zimbabué	Superintendência e regulamentação de FinTech	1	LA
Regional	Evento de sensibilização sobre criptoativos	1	H
	Pagamentos digitais transfronteiriços	1	PR
	Área Monetária Comum - CBDC	1	LA
	Modernização dos sistemas de pagamentos	1	LA

País	Tema	Plano para o EF25	Modalidade de DC
Estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público			
Botsuana	Melhoria da cobertura do setor referente ao setor da administração pública	1	NT
Comores	Melhoria da compilação e relato de dados orçamentais	1	NT
Essuatíni	Compilação e relato de dados das estatísticas das finanças públicas	1	NT
Lesoto	Alargamento da cobertura	1	NT
Madagáscar	Alargamento da cobertura à administração pública	1	NT
Maurícias	Melhoria da cobertura de dados	1	NT
Moçambique	Alargamento da cobertura	1	NT
Seicheles	Melhoria dos hiatos de dados orçamentais	1	NT
Zâmbia	Alargamento da cobertura à administração pública	1	NT
Regional	Estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público	1	PR
	Estatísticas das finanças públicas e da dívida do setor público	1	PR
Cursos ministrados pelo ICD			
Regional	Modelização dos riscos e políticas climáticos	1	PR
	Desigualdade de género e macroeconomia	1	PR
Operações dos mercados monetário e cambial			
Angola	Sistemas de previsão e análise de políticas	1	NT
	Cedência de liquidez de emergência	1	NT
	Operações e implementação da política monetária	1	NT
Botsuana	Operações do banco central - Prestamista de última instância	1	NT
	Sistemas de previsão e análise de políticas	1	NT
Comores	Garantias/Cedência de liquidez de emergência	1	NT
	Operações e implementação da política monetária	1	NT
Essuatíni	Cedência de liquidez de emergência	1	NT
Lesoto	Operações e implementação da política monetária	1	NT
Madagáscar	Sistemas de previsão e análise de políticas	1	NT
	Operações e implementação da política monetária	1	NT
	Operações cambiais	1	NT
	Cedência de liquidez de emergência	1	NT
Maurícias	Destacamentos profissionais - Operações e implementação da política monetária	1	PR
Seicheles	Cedência de liquidez de emergência	1	NT
Zâmbia	Operações e implementação da política monetária	1	NT
Zimbabué	Operações e implementação da política monetária	1	NT
Regional	Operações de política monetária e práticas de taxas de câmbio múltiplas	1	H
	Balanço do banco central	1	H
Gestão das finanças públicas			
Angola	Transição para a contabilidade em regime de acréscimo (IPSAS)	1	NT
	Ferramenta de previsão e análise de tesouraria (CFAT) - missão de acompanhamento	1	LA
	Gestão de tesouraria, prevenção de atrasados e formação sobre a CFAT	1	LA
	Ferramentas de gestão dos riscos orçamentais: FRAT, PFRAM...	1	NT

País	Tema	Plano para o EF25	Modalidade de DC
Botsuana	Sistema integrado de gestão financeira do Estado	1	NT
Comores	Elaboração do orçamento e manual de execução	1	NT
	Conta Única do Tesouro (CUT) e gestão de tesouraria	1	NT
	Definição do ACCT	1	NT
	Transparência orçamental e gestão de tesouraria (sede)	1	NT
Essuatíni	Gestão dos riscos orçamentais de empresas públicas (sede)	1	NT
	Orientações relativas à gestão do investimento público	1	NT
	Gestão dos riscos orçamentais	1	NT
Lesoto	Quadros orçamentais de médio prazo	1	NT
	Controlos internos	1	NT
Madagáscar	Apoio macro-orçamental intermitente	1	LA
	Gestão de riscos orçamentais	1	NT
	Contabilidade em regime de acréscimo	1	NT
Maurícias	Gestão de ativos	1	NT
	Gestão do investimento público	1	NT
	Normas internacionais de contabilidade do setor público	1	NT
Moçambique	Acompanhamento do manual de gestão financeira	1	LA
	Quadros orçamentais de médio prazo	1	NT
Namíbia	Gestão de tesouraria - Missão de acompanhamento	1	NT
	Gestão de riscos orçamentais	1	NT
	Regulamentos PIMA/C-PIMA/GFP	1	NT
Seicheles	Módulo do orçamento para o sistema integrado de gestão financeira do Estado	1	NT
	Avaliação da Lei da GFP (liderada pela sede)	1	H
	Sinalização climática	1	NT
	Gestão de riscos orçamentais	1	NT
África do Sul	Monitorização e gestão do risco orçamental (clima)	1	NT
	Reforçar o quadro orçamental de médio prazo	1	PR
Zâmbia	Destacamento profissional na Geórgia	1	PR
	Avaliação de projetos - Formação	1	NT
	Prestação do AFS (Parceria Mundial para as Finanças Públicas)	1	NT
Zimbabué	Elaboração do orçamento/macro-orçamental	1	NT
Regional	Criar instituições para combater a corrupção	1	PR
	Controlos e gestão de atrasados de despesas	1	PR
	Ferramenta de previsão e análise de tesouraria (CFAT) e gestão da Conta Única do Tesouro (CUT) para os Estados frágeis da África Subsariana	1	PR
	Gestão dos riscos orçamentais para a sustentabilidade da dívida	1	PR
	Gestão dos riscos orçamentais de países lusófonos e francófonos	1	PR
	Reforçar o quadro orçamental de médio prazo	1	PR
	Gestão da dívida e gestão de tesouraria	1	PR
Estatísticas do setor real			
Angola	Atualização do índice de preços no consumidor	1	NT
Botsuana	Rebaseamento das contas nacionais anuais	1	NT
	Atualização/desenvolvimento do índice de preços no produtor	1	NT

País	Tema	Plano para o EF25	Modalidade de DC
Comores	Atualização do índice de preços no consumidor	1	NT
	Rebaseamento das contas nacionais	1	NT
	Rebaseamento das contas nacionais	1	NT
Essuatíni	Rebaseamento das contas nacionais	1	NT
Lesoto	Desenvolvimento do índice de preços no produtor	1	NT
	Rebaseamento das contas nacionais anuais e melhoria das CNT	1	NT
Madagáscar	Rebaseamento/atualização do índice de preços no consumidor	1	NT
	Rebaseamento das contas nacionais	1	NT
Maurícias	Ajustamentos do setor informal	1	LA
	Ajustamentos do setor informal	1	LA
	Desenvolver/atualizar o índice de preços no produtor	1	NT
Moçambique	Atualização do índice de preços no consumidor	1	NT
Namíbia	Rebaseamento das contas nacionais anuais	1	NT
Seicheles	Atualização do índice de preços no consumidor	1	NT
	Desenvolvimento do PIB trimestral (E)	1	NT
África do Sul	Desenvolvimento do índice de preços de imóveis residenciais	1	NT
Zâmbia	Rebaseamento das contas nacionais	1	NT
Zimbabué	Desenvolvimento das contas nacionais trimestrais	1	NT
	Desenvolvimento das contas nacionais trimestrais	1	NT
Administração tributária			
Angola	Auditoria 1	1	NT
Botsuana	Estratégia de formação do serviço a clientes	1	NT
Comores	Cultura da gestão da mudança	1	NT
	Cumprimento - Registo fiscal	1	NT
	Gestão do risco de cumprimento 1	1	NT
	Implementação do sistema integrado de gestão orçamental e financeira (SIGIT)	1	NT
Essuatíni	Gestão do risco de cumprimento	1	NT
Lesoto	Gestão do risco de cumprimento	1	NT
	Implementação da estratégia pós-TADAT	1	NT
Madagáscar	Melhoria do IVA - Implementação dos principais indicadores-chave de desempenho	1	NT
	Gestão do risco de cumprimento	1	NT
	Reforma pós-TADAT	1	NT
Moçambique	Gestão do risco de cumprimento	1	NT
Namíbia	Gestão de risco de cumprimento - Setor extrativo	1	NT
	Estratégia da indústria extrativa	1	NT
Regional	Gestão do risco de cumprimento	1	PR
Seicheles	Estratégia GovTech 1	1	NT
	Destacamento profissional na Zâmbia sobre digitalização	1	PR
	Estratégia GovTech 2	1	NT
Zimbabué	Capacidade de liderança	1	NT
	Auditoria	1	NT
	Gestão da dívida	1	NT

ANEXO IV.

Seleção de DC para o EF2025 por veículos não AFS

País	Tema	Plano para o EF25	Modalidade de DC
DC sobre gestão da dívida financiado pela CCCDI			
Essuatíni	Formulação de estratégia da dívida e plano anual de endividamento	1	PR
Moçambique	Análise e comunicação de dados da dívida	1	PR
	Formação em análise de sustentabilidade da dívida	1	PR
Seicheles	Desenvolvimento do mercado secundário	1	PR
Zâmbia	Formação em formulação da estratégia da dívida	1	PR
	Formação em análise de sustentabilidade da dívida	1	PR
Zimbabué	Registo, monitorização e comunicação de dados	1	PR
Regional	Operações de gestão de passivos	1	PR
	Plano anual de endividamento	1	PR
	Desenvolvimento do mercado obrigacionista em moeda local	1	PR
LEG-GAC			
Regional	Enfrentar a corrupção macrocrítica	1	H
Fundo temático para o CBC/FT			
Angola	Comité de Coordenação da Assistência Técnica (CCAT) para reforçar o regime angolano de CBC/FT	1	LA
Botsuana	Banco do Botsuana (BoB) e Autoridade Reguladora das Instituições Financeiras Não Bancárias (NBFIRA) para reforçar a supervisão do CBC/FT	1	PR
Namíbia	Supervisão e redação jurídica do CBC/FT	1	PR
Zimbabué	Supervisão de CBC/FT para as autoridades de supervisão dos bancos centrais	1	PR
Regional	Workshop regional sobre ativos virtuais e prestadores de serviços de criptoativos	1	PR
	Workshop regional sobre o CBC na África Subsariana	1	PR
	Formação destinada a assessores em matéria de avaliação mútua	1	PR
Data For Decisions (D4D) e outras fontes de financiamento			
Angola	Rebaseamento das contas nacionais	1	PR
	Estatísticas da dívida do setor público	1	PR
Maurícias	Estatísticas da dívida do setor público	1	PR
Moçambique	Estatísticas das finanças públicas	1	PR
	Rebaseamento das contas nacionais anuais	1	PR
	Rebaseamento das contas nacionais anuais	1	PR
Namíbia	Desenvolvimento do índice de preços no produtor	1	PR
	Desenvolvimento do índice de preços no produtor	1	PR
África do Sul	Estatísticas das finanças públicas	1	PR
Zâmbia	Estatísticas da dívida do setor público	1	PR
	Atualização do índice de preços no produtor	1	PR
Zimbabué	Estatísticas da dívida do setor público	1	PR
Regional	Curso sobre estatísticas de finanças públicas (ATI para a região da África Subsariana)	1	PR

Modalidade de DC: LA - local de afetação; NT - no terreno; PR - presencial

EQUIPA DO AFS



Sukhwinder Singh
Center Director



Elka Atanasova
Advisor
Real Sector Statistics



Trish Ndaizevei Chiinze
Advisor
Public Financial Management



Anrich Daseman
Advisor
Financial Market Infrastructures
and FinTech



Guido Della Valle
Advisor
Monetary and Foreign Exchange
Market Operations



De Santis Yves Noel
Advisor
Tax Administration



Deville Xavier
Advisor
Government Finance Statistics (GFS) and
Public Sector Debt Statistics (PSDS)



Moulay El Omari
Advisor
Public Financial Management



Raphael Kamoto
Advisor
Tax Administration



Tiviniton Makuve
Advisor
Public Debt Management



Stephen Mendes
Advisor
Customs Administration



Rebecca Obare
Advisor
Anti-Money Laundering and Combating
the Financing of Terrorism (AML/CFT)



Patrick Rafolisy
Advisor
Governance and Anti-Corruption



Benjamin Alexander Stefanou
Advisor
Financial Sector Supervision



Amitabh Tripathi
Advisor
Public Financial Management



Doorgesh (Yuvin) Chundunsing
Office Manager



Dovindutt (Navin) Baichoo
Economist



Ashwin Kumar Madhou
Economist Analyst



Ayesha Aumeeruddy
Results-Based Management (RBM)
Projects Officer



Jeeten Kawal
Administrative Assistant



Varsha Lowtoo-Jadunundon
Administrative Assistant



Kumaribye (Nandini) Mohit
Senior Administrative Assistant



Diya Mungra
Administrative Assistant



Reyaz Uddin Najrally
Driver



AFRITAC Sul

Sukhwinder Singh

7th Floor Bramer House, 66C2

Cybercity Ebene, Mauritius

T. +(230) 401.2500

F. +(230) 468.1618

ssingh@IMF.org

AFSweb@IMF.org

SouthAFRITAC.org

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Instituto para o Desenvolvimento de Capacidades

Divisão de Parcerias Globais

700 19th Street, NW

Washington, DC 20431, USA

T. +(1) 202.623.7636

F. +(1) 202.623.7106

GlobalPartnerships@IMF.org